

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2009 – BIÊNIO DE 2009-2010.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e nove da era cristã, às dezesseis horas, no Auditório do prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga Uchoa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela quarta vez ordinariamente, o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho Estadual de Previdência para o biênio 2009-2010 foi aberta pelo Senhor Presidente Artur de Jesus de Barbosa Sotão, que cumprimentou os Senhores Conselheiros e demais presentes, dando prosseguimento temos. **Pauta – item 01** - O Secretário fez a **leitura do edital** numero, zero, zero, quatro, de dois e nove, o qual convoca os Conselheiros para se fazerem presentes na quarta reunião ordinária do ano de dois mil e nove, Biênio dois mil e nove e dois mil e dez. **Pauta – item 02**- O Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão fez a **verificação do quorum**, chamando nominalmente os Conselheiros presentes na seguinte ordem, **Arnaldo Santos Filho**, presente, **Wellington de Carvalho Campos**, ausente, representado pelo suplente, **Cesar Nazaré Bezerra da Rocha**, presente, **Haroldo Vitor de Azevedo Santos**, ausente, **Mário Gurtyev de Queiroz**, presente, **Dalto da Costa Martins**, ausente, **Damilton Barbosa Salomão**, presente, **Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá**, presente, **Luiz Eduardo Nunes**, presente, **Micherlon Mendonça dos Santos**, presente, **Anatal de Jesus Pires de Oliveira**, presente, **Moisés Tavares de Araújo**, presente, **Marlúcio de Almeida Souza**, presente, **Antônio Márcio de Souza Pelaes**, presente, **Rosival Nazareno Fortunato Monteiro**, presente e **Fernando Cezar Pereira da Silva**, ausente. **Pauta – item 03** - **Leitura das justificativas de ausências dos seguintes Conselheiros**, Fernando Cezar Pereira da Silva e Wellington de Carvalho Campos. **Pauta – item 04**- **Leitura, apreciação e aprovação das atas da segunda e terceira Reuniões Ordinárias do ano de dois mil e nove para o Biênio dois mil e nove e dois mil e dez. O Senhor Presidente colocou para apreciação as atas, perguntando se tem alguma manifestação com relação ao conteúdo, que se manifeste. O Conselheiro Anatal falou que encaminhou apenas as suas manifestações e que já foram atendidas. A Conselheira Estela colocou que verificou apenas falta de concordâncias, mas que, não influenciam nas deliberações. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Senhor Presidente colocou para votação as atas da segunda e terceira reuniões ordinárias. ASSIM, FORAM APROVADAS AS ATAS DA SEGUNDA E TERCEIRA REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA. Pauta – item 05 – Proposta de Alienação de Bens da Amapá Previdência. O Senhor Presidente falou que encaminhou uma relação com bens da Amapá Previdência para os Senhores Conselheiros, e que essa proposta tem o intuito de levar a leilão os bens que estão com pouca vida útil e que não estão sendo utilizados, como por exemplo, os equipamentos odontológicos. A Conselheira Estela questionou, por que os bens estavam sem valores e que observou que alguns bens encontrados quando visitou o prédio anexo, não constavam nesta relação enviada. O Conselheiro Mário Gurtyev falou que os bens contabilmente não têm mais valor, e que agora terão que ser avaliados em valores de mercado. A Conselheira Estela colocou também que, quem adquirir estes bens, vai perder muito. Os Conselheiros Mário Gurtyev e Rosival Nazareno Fortunato Monteiro, falaram que são perdas na questão do valor, que vai juntando juros, mais juros, em função do não pagamento das dívidas, tendo o orçamentário e financeiro, e a responsabilidade tem que ser apurada. O Conselheiro Mário disse até porque, qualquer que seja o valor, pode ser que a AMPREV tenha que pagar. O Conselheiro Monteiro colocou que exatamente, tem que apurar a responsabilidade. O Conselheiro Marlúcio colocou que pelo valor do conserto dos carros,**

que está lá, eles têm um bem que vale nove mil reais e daria para comprar dois desse aqui, e perguntou ainda sobre a despesa que está retida lá. **A Conselheira Estela disse** que são vinte mil reais. Continuando, **o Conselheiro Marlúcio falou** que eles têm aqui nove mil reais, quer dizer, uma coisa até desproporcional. **O Senhor Artur falou que na realidade a informação que tem**, é que os serviços foram feitos, agora foram vários serviços que acumularam e em função disso, chegou nesse valor. **O Conselheiro Monteiro falou que sentiu falta** nesse relatório, primeiro da data de aquisição, que não tem, o estado que está o bem, qual estado desse bem, para que eles possam tomar uma decisão, verbalizar, quando esse bem foi adquirido e qual o estado dele e o valor deles, alguns bens sem valor, falou ainda que foi contratada o ano passado, uma empresa para fazer isso, para avaliar o patrimônio. **O Senhor Artur falou que os bens sem valores** é por causa da depreciação, daí quando você avalia um bem que já tem uma vida. **O Conselheiro Monteiro colocou** que sem a data não dar para ter uma noção, se ele tem dez, cinco anos e aí já perdeu, a mesma situação do estado, já foi totalmente depreciado, está obsoleto, para que realmente, eles pudessem saber, senão terão que olhar o bem. **O Conselheiro Mário colocou** para o Presidente que a título de sugestão poderia colocar pelo custo histórico de aquisição dele, que não tem aqui. **O Conselheiro Marlúcio falou** que por exemplo, eles têm um veículo, o *megane* cadê a data de aquisição deles, os outros, são cadeiras sem braço, bens sem serviço. **O Senhor Presidente colocou** que iria providenciar para a próxima reunião todos esses bens com a data e valores de aquisição. Outra coisa que a Dra. Estela questionou foi que na relatório diz, localização DIBEF, qual é esse departamento. **O Senhor Presidente explicou que é a Diretoria de Benefícios**, onde funcionava o antigo CAIS. **A Conselheira Estela colocou** ainda que, então todo esse patrimônio se encontra lá. **O Senhor Presidente disse** que é o local, onde eles guardam todo esse material que não estão sendo usados. **O Conselheiro Arnaldo perguntou** sobre a situação contábil desse patrimônio, se existe na análise contábil, algum indicador de depreciação, alguma informação que pode ser trazida na próxima reunião. **O Senhor Artur disse que a contabilidade** teria registro da data de aquisição e de depreciação. **O Conselheiro Mário disse** que a venda será por leilão, e que são bens usados, mobiliários usados, olha, ele falou que tem experiência sobre isso, e é terrível, se consegue vender por preços risórios, infelizmente, essas empresas que trabalham com usados compram a preço de banana já passada. **Senhor Artur esteve conversando com o leiloeiro** e perguntou à ele, como era feito a alienação, e ele falou "não, nós fazemos lotes", continuando o Presidente fez mais uma pergunta, cadeira quebrada e pé de mesa, ele falou que o importante é dar baixa do bem dentro do patrimônio, fazendo o seguinte, pega no lote, um bem útil, que inda pode ser usado e coloca aqui. **O Senhor Presidente colocou que na realidade** o valor daquilo, quatro, cinco cadeiras quebradas é zero, mas tem que levar tudo para poder dar baixa no patrimônio. **O Senhor Arnaldo falou que** por isso é importante verificar a situação contábil desses ativos, porque, nessa análise que justificaria a situação assim de levar e considerar inservíveis, beneficiário. **O Conselheiro Mário colocou** que a doação é mais interessante, doar para Instituição que necessita de mobiliário, Instituições muito carentes. **O Conselheiro Márcio falou** que pela situação que o Conselheiro Arnaldo colocou, contabilmente, eles teriam que fazer pela vida útil do bem, a contabilidade mesmo, determina que cada bem, cada tipo de bem, tem um prazo de vida útil, por exemplo, para máquina são dez anos, para veículos são cinco anos e se eles fossem fazer por veículo, no caso tem dois veículos, tem um que tem cinco e o outro mais de cinco anos, e é vinte por cento cada ano, sendo assim daria zero por cento, e nesse caso, a sua opinião é que eles deveriam fazer uma avaliação no valor de mercado dos bens,

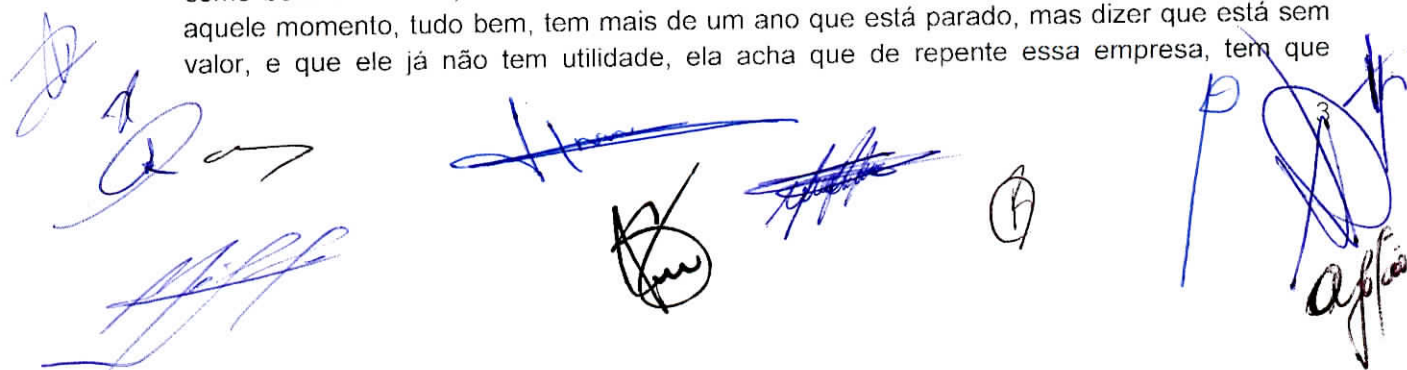








ou seja, alienar por valor de mercado e não pelo critério de depreciação. **O Conselheiro Arnaldo colocou** que o Conselheiro não está entendendo, essa estratégia do valor de mercado fica mantida, a questão é, as informações que o nosso colega estava querendo saber, ele acha que a contabilidade teria que revelar para nós. **O Conselheiro Márcio falou** com certeza, por isso, que ele falou para fazer o levantamento do custo histórico dele, que eles fariam a reavaliação dele, reavaliavam, mas contabilmente, ficava registrado na contabilidade, ele entende por esse lado, se eles fizerem pelo valor de mercado, nós teríamos, a própria administração teriam menos trabalho, e faria com mais seriedade essa venda, que realmente deve ser feito, há muito tempo tem bens que estão obsoletos, bens de informática que estão sucateados e eles sabem disso, então, ele ver por esse lado, o valor de mercado seria o ideal. **O Conselheiro Marlúcio pediu a palavra dizendo** que queria aproveitar essa questão de se desfazer desses bens inservíveis para AMPREV, deles também verem a questão dos imóveis lá de Santana, por que se é inservível, aquele imóvel lá de Santana, está servindo de que, quer dizer, ele acha que poderia se pegar o gancho aqui e se propor o que é inservível para a AMPREV, e levantar a questão dos imóveis, para eles darem um pontapé inicial, que na verdade, aquilo não está servindo de nada para AMPREV aquilo lá, aquele imóvel lá em Santana está no malto, e tem outros imóveis, como o CAJARI, eles podem também levantar a questão disso e pegar. **O Senhor Artur falou** que o CAJARI, por hora é impossível, porque estão na questão judicial, estão sob judice. **O Conselheiro Márcio falou** que isso é uma outra fase. **O Conselheiro Marlúcio colocou** que inclusive o Governo do Estado, está interessado em comprar esse imóvel do CAJARI. **A Conselheira Estela colocou** que ali na verdade é uma área de preservação ambiental, realmente só vai servir para o Estado, como não tem como o particular comprar, porque, ele vai perder o uso dele, ou seja, vai perder muito. **O Conselheiro Marlúcio colocou** que inclusive, tem um imóvel que está cedido, em frente à Câmara de Vereadores, Agência Reguladora de Serviços do Estado do Amapá, ele acha que isso, e lá dentro, a agência já cedeu para um sindicato dos trabalhadores autônomo do comércio do Estado do Amapá, ele esteve lá, porque coincidentemente, ele passou e viu a placa, e entrou, não se o Presidente tem conhecimento disso, está sub-locado, sub-locado não, porque não estão pagando aluguel, ele perguntou para o rapaz lá, se isso aqui está alugado, ele falou que está emprestado para o sindicato dos trabalhadores autônomos, o Conselheiro falou ainda, que se tiver um pedaço, ele vai querer colocar o seu lá também, aí, o Conselheiro perguntou quem que foi que cedeu esse imóvel, o respondeu "olha foi o vice governador que cedeu", o conselheiro falou que iria questionar isso no Conselho, e bateu algumas fotos, e pensou um imóvel com valor de mercado considerado, para nós, e ele ficou pensando já não estão pagando nada, e ainda estão emprestando para terceiro, ele não sabe se o Presidente tem conhecimento disso. **O Conselheiro Mário falou** referindo-se ao Conselheiro Marlúcio, com relação aos imóveis, acha que o moveis que estão se depreciando, as vezes se destruindo, não só se depreciando, mas é o que tem mais urgência, e imóvel, a tendência é valorizar, entendeu, imóvel é um bom investimento ainda, então, ele acha que tem que ter mais urgência com esses bens moveis. **A Conselheira Estela colocou** que esse ponto, dos bens móveis aqui, eles estão um pouco atropelados, ela ver que têm vários bens enumerados que faziam parte do CAIS, e estão sem valor, e o que lhe causa estranheza, é que esses bens estavam funcionando lá, até janeiro de dois mil e oito, e ai assim, neste levantamento já vem como bem sem valor, causa estranheza, não é verdade, porque, se ele está servindo até aquele momento, tudo bem, tem mais de um ano que está parado, mas dizer que está sem valor, e que ele já não tem utilidade, ela acha que de repente essa empresa, tem que



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, a signature on the right, and a signature on the far right that appears to be 'afilia'.

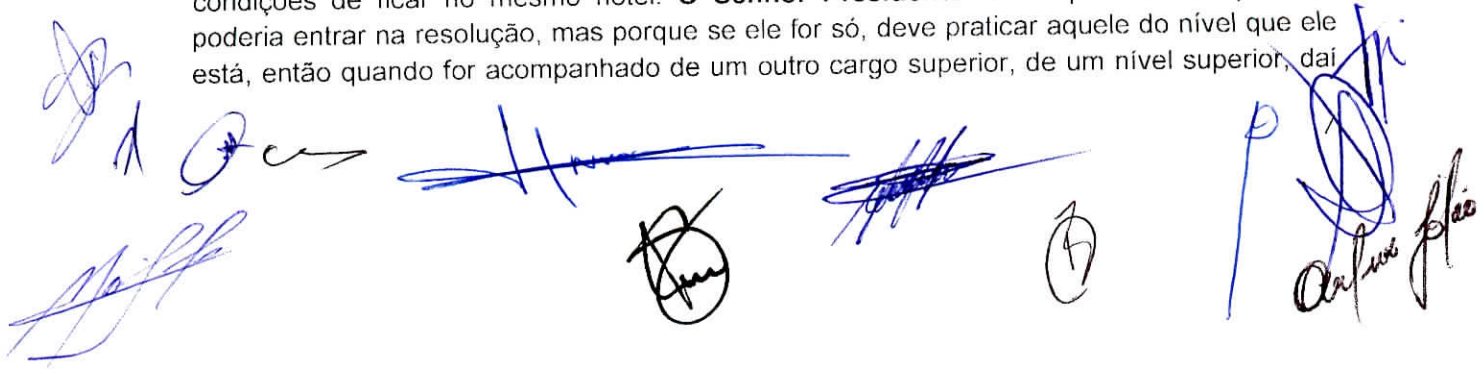
chamar ela, a responsabilidade para que ela faça um trabalho mais técnico. **O Conselheiro Mário Gurtyev falou** que a questão às vezes é sem valor, contabilmente, porque se estiver com mais de cinco anos, é sem valor. O Conselheiro Monteiro falou o lote vinte e três, que está na página vinte e oito desse documento, fala sobre os compressores odontológicos. A Conselheira Estela reportou que esteve no prédio anexo, fazendo uma fiscalização pelo Ministério Público, pela Promotoria da Cidadania, que está com o processo, que desrespeito a questão do CAIS, foi feito o levantamento fotográfico, foi solicitado lá a época, do servidor que era responsável, seu Floriano, ela não sabe, se ele ainda está na AMPREV, o Florenço, o Marlúcio estava junto, e eles solicitaram para saber de que forma, estes bens estavam sendo mantidos, e a informação a época, é que havia manutenção, havia contratação de pessoal especializado para fazer a manutenção daqueles, e ela acha que é uma forma, já que existe um procedimento instaurado no Ministério Público, era bom também oficializar, dizendo que há um estudo neste sentido, para ser alienado os bens, que estão sendo considerados inservíveis. **O Senhor Artur falou para** que eles passassem para outro assunto, ele fará uma outra relação com estas sugestões que foram ofertadas. **O Conselheiro Mário pediu** uma parte antes que o Presidente conclui-se, para dar uma sugestão, dizendo que esses bens, são todos pelo que ele ver, tem mais de cinco anos de aquisição, contabilmente, eles são todos sem valor, ele acha que tem que vender por valor de mercado, ou seja, fazer uma avaliação material, e vender por esse valor, porque contabilmente não vale nada. **O Conselheiro Arnaldo disse** que só falou na questão contábil, em função da necessidade que os Conselheiros têm de tomar conhecimento de informações importantes a relacionados, como data de aquisição, qual foi a depreciação do período, essas coisas, que acha que subsidiam uma análise mais profunda, mas é lógico que para evitar tanto prejuízo para a Instituição tem que ser valor de mercado. **O Conselheiro Monteiro falou** que naquela época tinha computadores novos, e que houve até uma denúncia de substituição de peça e foi até encaminhado aqui uma reportagem com relação a isso, foi pedido providências para o Presidente da época, que ele continuasse dando manutenção nesses equipamentos, porque são equipamentos caros, e foi contratada uma empresa e deve ter relatório dessa manutenção, que ele acha que deveria acompanhar para que eles pudessem ver o estado mesmo desses bens, para tomarem uma decisão, baseado em algo bem consistente. **O Senhor Artur falou** que vai acatar as sugestões e vai preparar o material, se possível para a próxima reunião, falou ainda que isso vai gerar um custo, porque, quem fazer esse trabalho, tem que ser uma empresa que tenha conhecimento desse tipo de serviço, e isso certamente vai gerar um custo, mas como é uma questão que ele tem que resolver, por que é uma questão que está arrastando a tantos anos, uma questão de patrimônio, então ele vai tomar todas as providências para fazer avaliação a preço de mercado para poder passar essa informação para os Conselheiros. **O Conselheiro Márcio pediu** para acrescentar antes que o Presidente conclui-se que seria interessante que a contabilidade fizesse o acompanhamento junto com a empresa, por que vai ser que baixado da contabilidade esses valores que estão historicamente registrados, e até, ele acredita que devem estar registrado, então mesmo que sejam vendidos todos os bens hoje, tem que se dar baixa da contabilidade de todos esses valores que estão lá. **O Senhor Presidente colocou** que só após a alienação. Continuando o **Conselheiro Márcio falou** justamente após a alienação e seria bom também, a contabilidade fazer este estudo, para ver se realmente todos esses bens estão registrados e se não estiverem, providenciar o registro. **O Conselheiro Monteiro reforçou** a questão da responsabilidade que a Conselheira Estela falou, até existe uma ação que foi encaminhada por membros desse

Conselho para o Ministério Público. **O Senhor Artur perguntou** se o Conselheiro fala na responsabilidade do veículo. **O Conselheiro Monteiro falou** do veículo, da manutenção desses gabinetes odontológicos, muitos bens até de consumo na época, estavam jogados e retirados fora, fotografias estavam jogadas fora, eles pediram providências a época para que se tomassem providências, fizessem processo administrativo, senão eles respondem, todo mundo junto, se eles não tomarem providências, esse Conselho responde em conjunto, senão tomar essa atitude. **O Senhor Artur colocou** que o material de consumo, ele solicitou até aqui, em uma das reuniões, a permissão para fazer a doação do material de consumo, que eles ainda tinha lá antigo CAIS, inclusive, que foi doado para a Polícia Militar, então realmente de material de consumo, eles não têm mais nada. **O Conselheiro Monteiro** para o Presidente que pelo menos, ele está tomando as suas providências e a sua posição. **O Conselheiro Mário** disse que tem muita coisa que o mais razoável é a doação. **A Conselheira Estela reiterou** a questão da responsabilidade daquele que tinha a obrigação de zelar por aquilo que estava soube a sua responsabilidade e não fez, muita embora este Conselho tenha alertado e tenha feito registros em atas, para que o Presidente na época tomassem as providências devidas e não foram tomadas, e quanto não prescrito, essas pessoas podem responder em razão desses atos que causaram prejuízo para o patrimônio da AMPREV, agora uma coisa que ela verificou e não viu aqui, ela não sabe tem um outro nome mais técnico, mas não época da fiscalização, tinha uma sala lá, que tinha vários instrumentos, odontológicos, pinças, bolicão, eram muitos instrumentos, e ela não ver eles na relação, reiterando não sabe se tem um nome técnico, esses instrumentos para serem colocados, ela não verificou se estavam na relação, e que tinha coisa que não tinha sido nem utilizado. **O Conselheiro Márcio colocou** para a Conselheira Estela, que seja porque na aquisição tem alguns materiais desses que são enquadrados como materiais de consumo, e não aparecem eles individualizados aqui, se foi adquirido como material de consumo. **O Conselheiro Mário falou** que eles integram outro aparelho. Continuando o Conselheiro falou que neste caso, tem que verificar o estoque na verdade, se existe lá ainda e fazer o confronto com que foi adquirido. **O Conselheiro Monteiro colocou** que olhando a quatro mil trezentos e vinte, bolicão, pinça, todos esses têm duração acima de dois anos, que é o que pede a quatro mil trezentos e vinte. **O Conselheiro Márcio falou** se ele está em contato com material de consumo ou se está como permanente, e se está como material permanente, ele está individualizado, agora se ele esteve como material de consumo, ele não está individualizado, não vai aparecer nesta lista. **O Conselheiro Mário colocou** que as vezes, eles integram o conjunto, a cadeira de dentista vem com uma porção de aparelhos, por exemplo. **O Conselheiro Monteiro falou** que aqueles tipos de broca, "que na verdade é uma caneta", o preço dela é três mil reais. **O Senhor Presidente falou** que tem que saber se aquilo está no conjunto do gabinete, ou seja, o gabinete pode vir com tudo. **A Conselheira Estela** e o **Conselheiro Anatal** concordaram. **O Conselheiro Monteiro colocou** que dada a relevância, dada a durabilidade, isso não é material de consumo. **O Senhor Presidente** disse que pode que, quando você fala em gabinete, não é só cadeira, é cadeira, é aquela luz fica em cima, são várias coisas. Confirmando as palavras do Senhor Presidente, a **Conselheira Estela disse** que, assim como também tinha completo um consultório e todos aqueles itens necessários para a parte de oftomologia e que estavam muito bem conservados, seminovos. **O Conselheiro Marlúcio falou** sobre a questão da responsabilidade, que por diversas vezes no seu mandato passado, eles cobraram isso e tinha dito aqui, que estavam fazendo a manutenção dos gabinetes odontológicos e não se viu nada disso ao longo do tempo, e por isso que eles estão cobrando responsabilidade, até

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a horizontal line in the center, and several smaller signatures on the right.

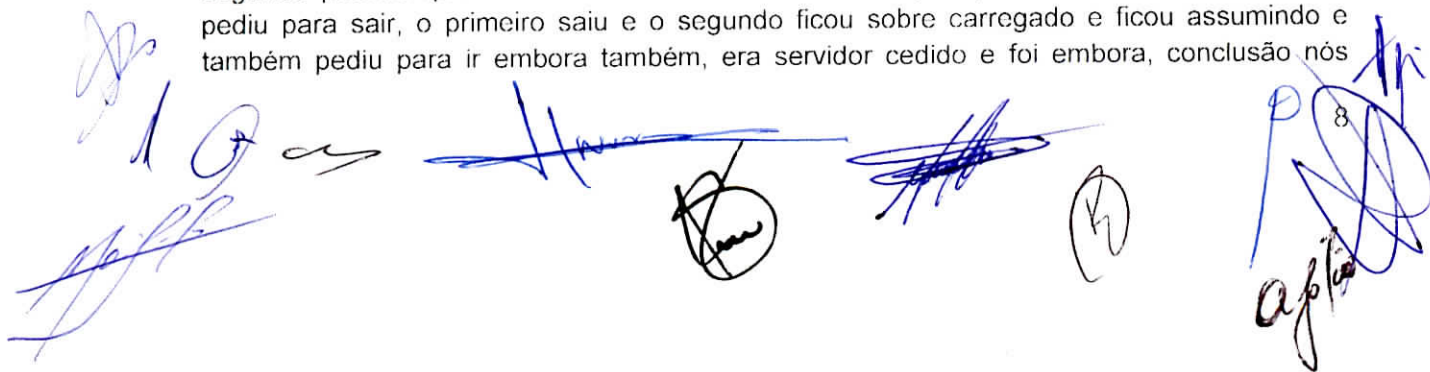
para lhe respaldar, por que se não, eles irão responder por isso, e é essa a questão, vamos ver quem é o responsável para responsabilizar, por que na época não tinha, só mudou o presidente, ele acha que as pessoas na época, pouco se mudou, então a questão da responsabilidade é essa, mudou o Presidente, mas mudou algumas pessoas aqui, no patrimônio, na chefia, e ele acha que tem que responsabilizar, por que ele ver as pessoas passando por aqui e ai vai deixando e serve de exemplo para outras pessoas que vierem por aqui, e ele acha que tem que ser responsabilizado. **O Senhor Artur falou** que a questão da manutenção, eles tem que analisar muito bem, porque tinha empresa que fazia a manutenção, igual a manutenção do carro, ou seja, você tem um carro, e você faz a manutenção do carro, quem você vai responsabilizar, se a pessoa fez a manutenção no carro. **O Conselheiro Monteiro disse** que teria que ter uma limpeza periódica e o que foi discutido na época, Senhor Presidente, é que teria que ter uma limpeza periódica, e foi decidido aqui em uma das reuniões, mais ou menos no meado de dois mil e oito, que esse bem deveria ser posto a leilão, algumas entidades pediram, o nosso vice governador esteve aqui, solicitou o prédio, alguma coisa assim, e também pediu que os equipamentos fossem colocados à disposição do Estado, e a decisão se teve a época, é que teriam que se alienar, e não se tomou providências a época, e ai tem que se apurar, não tomaram providências a época, e geraram transtornos e que acabaram gerando prejuízos para a administração pública. **Pauta – item 06 – Proposta de Alteração da Tabela de Diárias da Amapá Previdência.** **O Senhor Artur colocou** que entregou para todos os Conselheiros, uma proposta, e fez alguns considerandos, e na realidade, ele confessou para os Conselheiros que, o que lhe trouxe a propor esta tabela foi duas razões, uma, que ele teve conhecimento de uma tabela, que é praticada pela MACAPAPREV, que é uma congênere nossa e realmente os valores bem diferentes dos nossos, o segundo ponto é que a tabela foi construída em dois mil e um, e ela permanece com esses valores até hoje e que não acompanhou o índice da inflação, quer dizer, nós fizemos aqui um cálculo pelo IPCA, de janeiro de dois mil e um a março de dois mil e nove, nós temos o índice acumulado de quase setenta e três a setenta e quatro e realmente, e outra coisa, ele observou que em algumas viagens, nós temos tido situações que, o nosso servidor, o nosso Conselheiro que viajam, ele está sem condições de se hospedar condignamente em um hotel, e ele não diz hotel de cinco estrelas, mas até hotel de duas estrelas e três estrelas, esses hotéis que dão segurança para você, e deu certo conforto, não tem a mínima condição de pagar nem a hospedagem, e sem considerar as despesas com alimentação e transporte, então nós fizemos aqui, uma proposta baseado nos valores que nós tínhamos na tabela anterior, dividíamos aqui por faixas, e fizemos uma tabela para fora do Estado e uma para o interior, e também, ele anexou uma tabela para as viagens internacionais, que são praticados pelo Governo do Estado, como todos receberam, ele quer justamente colocar em discussão para saber qual é o sentimento, para depois eles fazerem a votação. **O Conselheiro Cezar Nazaré pediu a palavra para fazer uma observação**, dizendo que ele é também Conselheiro da MACAPAPREVIDÊNCIA e a tabela que acabou de ser votada lá, foi mais uma questão, até por conta desse evento que houve agora da ABIPEM, ele participou e disse que foi feito em um hotel de cinco estrelas, onde era fora do Rio de Janeiro e não tinha a condição se hospedar em um hotel de menor custo, então por conta dessas questões, era um hotel que o pacote de diária dele, sobrou para o conselheiro ainda quatrocentos e cinquenta e com a transfer, quase quinhentos reais, então, por conta dessa questão também, vamos supor que participaram desse evento, o presidente e outro funcionário de um cargo inferior, então, se unificou o valor da diária, porque numa questão dessas, não se

teria como diferenciar quem tem um cargo inferior ficasse em um determinado hotel e o presidente em outro, ou seja, menos estrelas, então nesse sentido foi aprovado um valor único da tabela de diárias para fora do Estado. **O Conselheiro Marlúcio colocou também** a questão das diárias, porque, ele esteve agora em Acre e no Amazonas, juntamente com o Conselheiro Mário, ou seja, ele pagou para viajar, ele pegou um táxi, do aeroporto para o centro de Manaus, e pagou cinquenta e oito reais, ainda que ele viajou com Conselheiro Mário, e eles dividiram o valor, porque senão, ele teria que pagar cinquenta e oito reais para chegar ao hotel, e ele foi perceber a diária do hotel cento e sessenta reais, e ele procurou outro, ou seja, paga cinquenta oito de ida e volta de taxi e mais a diária do hotel, ele acabou pagando para viajar, e é essa questão que ele queria que fosse analisado e realmente, ele concorda com esse reajuste dessa diária, senão as pessoas vão pagar para viajar. **O Conselheiro Mário deu uma sugestão** que resolveria o questionamento que o Conselheiro levantou, é quando algum servidor viajar acompanhado do Diretor ou do Presidente, que ele tenha a mesma diária, e em outra circunstancia, ele tem a mesma diária, ou seja, acompanhado autoridade. **O Conselheiro Monteiro achou estranho que a tabela** seja escalonada de trinta a cinquenta por cento para fora do Estado e apenas dez por cento para o interior do Estado, ele acredita que a inflação é em todo o território nacional, então, se tem um índice, esse índice seja respeitado em todo o território nacional, você para se hospedar em alguns municípios aqui, é bem caro mesmo, porque é zona do euro, e ele esteve recente ao Oiapoque e sabe como é isso, a hospedagem é caríssima, então, está variação em percentual diferentes, ele acredita, que não seja tão pertinente. **O Conselheiro Damilton falou com relação ao percentual diferenciado**, ele sugeria que fosse cinquenta por cento, para todos, em cima do valor base que eles estavam usando. **O Senhor Presidente colocou**, então, que tem a proposta apresentada pela diretoria, a proposta agora apresentada pelo conselheiro Damilton, de fazer linear o valor, que seria um percentual e cinquenta por cento, ou seja, têm duas propostas. **O Senhor Presidente falou** que gostaria de fazer um comentário, é se você pegar essas tabelas de diárias, você verifica que diz assim, para as cidades de Brasília, Manaus e tal, tal e tal, tem um acréscimo de quarenta por cento em cima do valor base, nós resolvemos fazer, tirar as cidades e colocar os Estados, você quer ver uma coisa, por exemplo, você fala em Manaus, mas se você sai daqui para um trabalho, vai numa cidade no Amazonas, que não é Manaus, você já não vai ganhar aquele mesmo valor, você sai daqui, por exemplo à Brasília, mas ganha com quarenta por cento, mas se for fazer um serviço em Taguatinga, que é ali do lado, e é no Distrito Federal, você não é mais contemplado, então nós substituímos as cidades, pelos Estados, quer dizer que qualquer cidade que está dentro do Estado, você vai perceber, então dar para observar isso aqui. **O Conselheiro Mário Gurtyev colocou** que no Estado de São Paulo no interior é mais caro do que na capital. **O Senhor Presidente colocou para deliberação duas questões**, a proposta daqui é a proposta do Conselheiro Damilton e a do Conselheiro Mário de que se estenda a mesma diária de autoridade para o acompanhante. **A Conselheira Estela disse que tem a proposta** do Conselheiro Cezar Nazaré. **O Senhor Presidente falou que não**, ele só estava explicando, porque a MACAPREV começou a praticar esses valores agora. **O Conselheiro Arnaldo falou que a proposta do Conselheiro Cezar, já está sendo contemplada na proposta do Conselheiro Mário Gurtyev** colocou que quando viajar acompanhado de autoridade tenha pelo menos a mesma diária, para ter condições de ficar no mesmo hotel. **O Senhor Presidente falou** que certo e que isso poderia entrar na resolução, mas porque se ele for só, deve praticar aquele do nível que ele está, então quando for acompanhado de um outro cargo superior, de um nível superior, daí



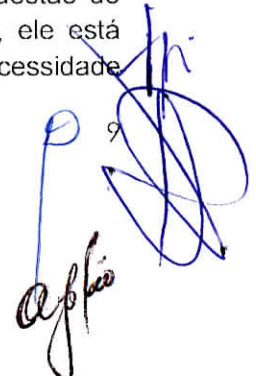
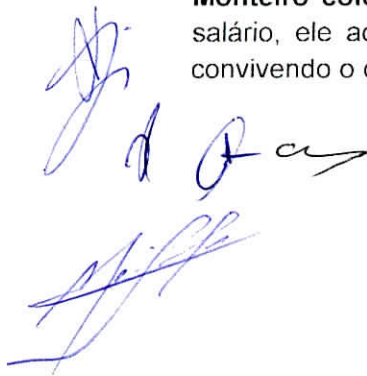
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, a signature on the right, and a signature on the far right.

vai todos. **O Conselheiro Arnaldo falou** que daí se caracteriza uma obrigatoriedade de se hospedar no mesmo hotel com o valor maior. **O Conselheiro Mário falou** até por uma questão de segurança. **O Senhor Presidente colocou** que, então fica acordado que seria este reajuste linear, de cinquenta por cento em cima da base antiga, que eles tinham em cima de todos os níveis, e perguntou ainda, a partir de quando começaria vigorar essa tabela. Surgiu a proposta que seria a partir de primeiro de maio. **O Senhor Presidente perguntou se todos estavam** de acordo com esta data, que fosse a partir de primeiro de maio. **O Conselheiro Anatal disse que não está de acordo e que se abstém dessa votação.** **O Senhor Presidente pede para ele se manifestar, mas ele se abstém.** **O Conselheiro Anatal disse** que acharia que vinte por cento, já estaria bom, vinte por cento atualizando o valor para todos. **O Senhor Presidente falou que agora, eles teriam três propostas, a proposta do Conselheiro Anatal, de vinte por cento, do Conselheiro Damilton de cinquenta por cento e essa aqui que são vários percentuais.** Então, colocando para deliberação perguntou quem estava de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, que essa proposta foi encaminhada, que levantasse a mão, a proposta foi rejeitada. A outra proposta do Conselheiro de vários índices, o colegiado não concordou, agora a de cinquenta por cento, que foi a proposta do conselheiro Damilton, então ficou aprovada por maioria de votos, a proposta do Conselheiro Damilton. Assim ficou que deliberado que, a partir de primeiro de maio de dois mil e nove passará a vigorar a nova tabela, e que todo servidor que acompanha um servidor, que este esteja no nível maior receberá a mesma diária. O Conselheiro Mário colocou, por exemplo, que o Presidente é um homem que administra oitocentos e cinquenta milhões de reais e tem que viajar com segurança. **O CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA APROVOU A NOVA TABELA DE DIÁRIAS QUE SERÁ PRATICADA PELA INSTITUIÇÃO,** sendo que o reajuste aprovado foi de cinquenta por cento em cima do valor base praticado anteriormente, e que qualquer servidor que acompanhar outro de nível superior, receberá o mesmo valor da diária. Continuando a sessão temos - Pauta – item 07 – Proposta da Assessoria de Desenvolvimento Institucional Amapá Previdência - **O Senhor Presidente falou** que encaminhou uma proposta de criação de uma assessoria de desenvolvimento institucional, na verdade isso aqui é uma nomenclatura que está sendo usada, que está sendo substituído o antigo núcleo setorial de planejamento, os NSP que tinha em todos os órgãos. **O Senhor Presidente pediu para fazer um histórico e que na AMPREV, nós sentimos aqui ausência** desse setor, então a questão do planejamento aqui, ela era muito disseminada em vários setores, quer dizer, aquelas pessoas que tinham mais experiência, as pessoas mais antigas é quem realmente faziam o planejamento, mas acumulando com suas funções que a pessoa estava trabalhando e quando ele ingressou aqui em dezembro, encontrou um grupo, chamado grupo de planejamento, onde nós tínhamos quatro pessoas trabalhando no grupo e uma pessoa responsável sem nenhuma remuneração, quer dizer, responsável pelo setor sem nenhuma remuneração e quando foi fevereiro ou março essa pessoa lhe procurou, "olha seu Artur", ele era um servidor cedido do Governo do Estado dizendo "eu não tenho nada contra vocês, mas eu trabalho muito aqui neste setor e não tenho assim, tenho muita responsabilidade e não tenho nenhuma vantagem e gostaria que o Senhor me libera-se, eu quero voltar para o Governo do Estado", o Presidente disse que não podia dizer que não, porque ele não era servidor nosso, e com dez dias depois, a outra pessoa que seria a segunda pessoa que tinha mais conhecimento e formação que estava no grupo também pediu para sair, o primeiro saiu e o segundo ficou sobre carregado e ficou assumindo e também pediu para ir embora também, era servidor cedido e foi embora, conclusão nós



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a circled signature in the center, and a signature on the right with the name 'ap' written below it.

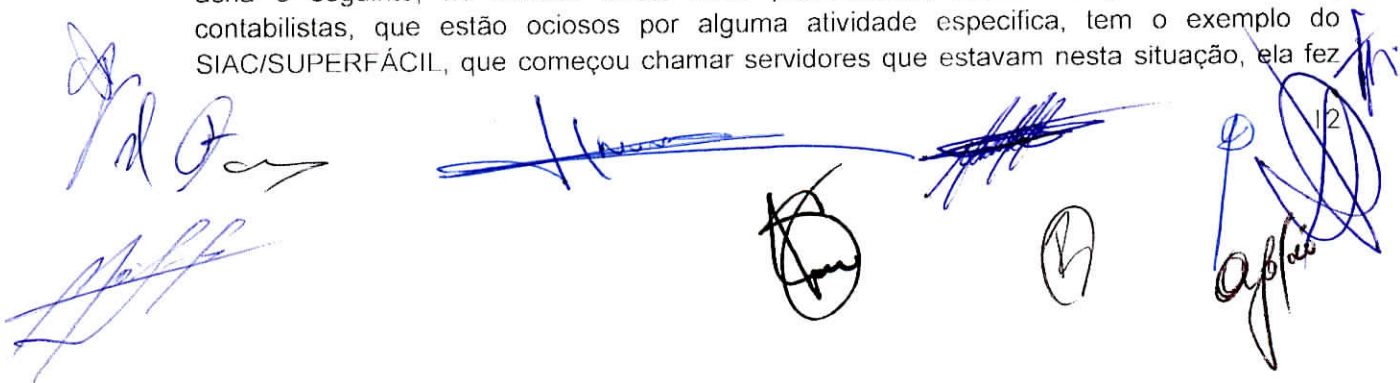
ficamos com duas pessoas de apoio, apesar de, todo o esforço dessas duas pessoas, mas são pessoas que não tem a formação, não tem o perfil para realmente assumir a direção de núcleo do planejamento. Então, quer dizer, que nós estamos praticamente sem uma área de planejamento e como tem muitas funções e que em qualquer órgão que exige o profissional na área de planejamento, então estou fazendo esta proposta como nos temos para criar essa assessoria e gratificar esta assessoria, então vocês tem ai a nossa proposta tem as considerações todas e eu quero colocar em discussão este assunto. **O Presidente passou a palavra para o Conselheiro Marlúcio que falou** que estamos no caminho de tentar fazer o concurso, fazer tipo uma reforma no quadro de pessoal, eu acho que minha proposta seria esperar realmente que este concurso deve sair no decorrer de mais uns dois ou três meses, pela urgência que a gente tem ai, a gente ver realmente a necessidade de ter um quadro efetivo aqui, a exemplo dos outros Institutos que a gente visitou agora, e eu acho que se dê-se para aguardar mais um pouquinho, não sei da necessidade da urgência, também porque aqui temos vários técnicos, como foram feitos isso ao longo dos anos atrás, o Conselheiro perguntou como era que se fazia isso, ou era outra pessoa que estava cedida ou tinha outra pessoa na Diretoria que estava fazendo. Então, a sua proposta, seria aguardar um pouco, acha que deveriam acelerar a questão do concurso para justamente definir o quadro aqui dentro, até porque a gente ver aqui a nível de Diretoria e a nível de salário aqui dentro, as pessoas que tem compromisso e estão bastante tempo com salário risório, a gente ver a disparidade da MACAPAPREV para AMPREV. Então, acha que as pessoas que tem realmente bastante tempo, que são realmente necessário, precisavam ser melhor remunerado, a não ser que, aqui o salário seja compatível com o deles, que as pessoas estão aqui por exemplo o Bernardino, que esta aqui desde quando eu vi a AMPREV, o IPEAP, o Bernardino esta aqui como funcionário do IPEAP e depois foi recebido pelo Governo. Então a gente ver esta necessidade se não daria esperar o concurso, acelerar mais um pouco o concurso, ele e o Conselheiro Mário já conversaram para ver a questão da estrutura e acelerar a questão do concurso, acha que seria essencial a sua proposta. **O Senhor Presidente colocou** que com o concurso, todos os cargos existentes serão extintos e certamente serão ocupados por outros cargos criados, então, isso ai seria como você diz, está se projetando, isso é temporário até quando todos os cargos existem hoje, por exemplo você falou do Bernardino, ele está no último nível, fora do Diretor, que é nível quatro, ele já o nível três. Então, a questão desta tabela que eles estão praticando hoje, realmente, eu reconheço que são valores que não tem assim nenhum atrativo, isto não é só aqui na AMPREV, no Governo do Estado está também com CDS-1, CDS-2 e CDS-3, todos eles estão congelados, estes valores estão até desde muito tempo, então, a sua proposta seria a gente criar, vou explicar porque, a gente combinou aqui, que nós temos que iniciar a proposta orçamentária de dois mil e dez, então, para não acontece, o que aconteceu ano passado, então a gente tem que ter uma pessoa, que tenha experiência, que já tenha trabalhado em algum setor na área de planejamento, que saiba montar uma proposta, a questão dos planos, dos projetos, até isso, ele está com dificuldade de montar planos, projetos, consolidar relatórios, porque nós não temos na nossa equipe assim pessoas que estejam disponíveis para isto, os outros que estão, estão sobrecarregados. É uma proposta temporária, quer dizer na hora que uma proposta temporária, não quer dizer que a criação é por tempo determinado, logo que abra o concurso seja criada a carreira. **O Conselheiro Monteiro colocou que ouviu com atenção**, e se manifestou com relação a questão do salário, ele acha que a proposta do nosso Presidente é uma proposta salutar, ele está convivendo o dia-a-dia, está sabendo realmente das necessidades, essa é uma necessidade



que ele está vendo que é urgente, mas ele ver nas suas visitas, quase que diárias aqui na AMPREV, sempre ele está aqui, que existe outros servidores que estão insatisfeitos, nós falamos desses reparos no salário, correção salarial, e aí ele separa, o que outros órgãos do Governo ganham, do que ganham o servidor da AMPREV, este tem orçamento distinto desse e que nós aprovamos aqui com esta liberdade, nós já nos manifestamos aqui em algumas reuniões mostrando que o pessoal que trabalha no financeiro principalmente, mas nós temos também o pessoal de Benefícios que é atípico, de quem trabalha no financeiro de outra Instituição, o pessoal que trabalha no financeiro da nossa Instituição, eles tem que entender de Investimentos, tem que entender de muitas outras coisas, que você não encontra este profissional ali na esquina, então, eles estão com salário baixo, o que aconteceu com relação ao salário do Bernardino e o da Franci, como Diretora e o da Ivana, o Presidente corrigiu o salário deles e não corrigiu dos diretores, o que aconteceu foi isso, então tem uma distância muito grande entre o salário dos diretores que também são, que era o Bernardino e agora a Franci e da Ivana, teve uma distância muito grande e aí nesses dois servidores, ele mostra toda a necessidade que existe de corrigir dos outros, o que nós solicitamos que fosse feito aqui na AMPREV, que isso ao seu ver está ocorrendo, que expurgar-se uma série de pessoas que não trabalhavam aqui, neste sentido, ele acha que tem satisfeito não só a mim, como os outros Conselheiros, o Dr. Artur tem agido, procurado melhorar a administração no dia-a-dia e reduzido bastante, ele queria até saber o quantitativo, quanto foi esses valores, mas não deixaria de reconhecer a necessidade de corrigir o salário de nossos servidores que estão realmente muito a quem da necessidade, quem trabalha aqui, trabalha de verdade, ele vem de manhã, a tarde aqui, e sabe quem é que trabalha, a gente está vendo no dia-a-dia e sabe que um servidor que lida com a questão previdenciária que muda todo dia nesse nosso país e que lida com a questão financeira, então que nós estamos numa crise mundial, não pode deixar de que seja feita esta correção também, ele acha que é necessário fazer essa mudança que o Presidente está pedindo, nós precisamos de planejamento, já cansamos de falar isto aqui, mas precisa também reparar o salário dos nossos servidores, nós temos orçamentos que garante isso que permite, ele acha que não podemos deixar essa oportunidade de corrigir os salários de nossos servidores, porque assim como nós cobramos deles, nós temos que dar também condições de trabalho, está se melhorando essa condição, está se dando novas salas, espaços, trocando moveis, mas também precisa a questão da remuneração, precisa melhorar esse aspecto, era a consideração que ele queria fazer e coloca isso como sugestão. **O Senhor Presidente colocou que a questão da distância** que você falou que o Diretor Presidente tinha aumentando, na realidade, o aumento não foi provocado pelo Presidente anterior, na realidade foi o Governo do Estado que fez um reajuste nos CDS quatro, cinco e seis, como aqui eles obedecem a mesma tabela, então ele foi beneficiado, mas não por provocação dele. **Conselheiro Monteiro colocou** que o que chegou aqui, foi mudança na lei, na verdade, quando houve a mudança na onze vinte, naquele período que mudou o salário do presidente para sete mil e novecentos, naquele período e aí veja, como somos independente, não cabe ter todo esse casamento, toda essa paridade, a questão é consertar esta paridade, porque o Diretor Presidente recebe CDS tão distante dos outros diretores que tem responsabilidades, a constituição na nossa lei, mesmo já está a estrutura do tripé, são três diretores, o Diretor Presidente, o Diretor de benefícios e o Diretor Financeiro. **O Senhor Presidente falou**, mas que a classificação deles é de nível três e essa tabela do nível três, não foi mexida, ela faz permanece, um, dois, três a nível um, dois e três, ou seja, não houve na majoração, agora mudou foi a quatro, cinco e seis níveis e por

isso que aconteceu, disse ainda que não está defendendo. **O Conselheiro Monteiro colocou que nada** que eles não podem trocar do nível três para o nível maior. **O senhor Presidente disse**, mas que não tem nível maior. **O Conselheiro Monteiro falou que eles têm liberdade** para isso. **Senhor Presidente falou** que não, na nossa lei não. **Conselheiro Arnaldo colocou que teria** que ser alterado na legislação. Conselheiro Monteiro falou que volta de novo aquela situação da alteração da legislação. **O Conselheiro Anatal falou** para o Monteiro ir com calma nessas questões. **O Conselheiro Arnaldo falou que realmente** foi dezembro de dois mil e sete, se ele não se engana, que todos os cargos da administração direta e indireta, autarquias que fossem nesse nível quatro, cinco, seis, receberam alteração de valor, muita gente ficou insatisfeito que questionou isto, mas o caso a AMPREV acabou sendo afetada só nesses níveis, no prejuízo do pessoal. **O Senhor Presidente disse**, que ele quer muito pelo contrário, que todo mundo trabalhe com satisfação motivado e a gente sabe que o dinheiro motiva mesmo, mas se a gente conseguir de alguma forma mudar isto para ele, realmente vai ser muito bom. **Conselheiro Mário disse** que é favorável a criação, ele ouviu com atenção o Conselheiro Marlúcio, mas ele ver uma pessoa com qualificação que o Presidente está precisando, ele não vai encontrar no concurso em imediato, pode ser que no concurso venha gente que se qualifique com o decorrer do tempo para exercer cargo deste gabarito, mas no concurso, por isso que ele acha que não depende de concurso. Agora, a questão salarial, ele acha que tem que ver com muito carinho, nos desligar do Governo e nós temos que propor com a criação de um quadro nesse momento, quando se propõem a criação de cargos, também de comissões com valores diferentes, aqui é uma Instituição de direito privado. Então nós temos liberdade para agir assim, embora através de lei, nós não somos vinculados nem ao Tribunal de Justiça, nem a Assembléia Legislativa, nem ao Governo do Estado, a ninguém, podemos fazer aqui, o que entendermos de melhor para aquelas pessoas que vão cuidar do nosso dinheiro no futuro. **O Conselheiro Luiz Eduardo cumprimentou a todos** e falou com relação a esta proposta do Presidente, ele é contra, explicou o porquê, disse ainda que não tem nada a ver com gestão atual da AMPREV, anteriormente na gestão passada foi solicitado pelo Conselho a criação do Comitê, para analisar o setor de recursos humanos da AMPREV e foi feita uma Comissão composta por ele e pelo Conselheiro Marcelo que atualmente não faz parte. Eles vieram para cá e se dispuseram nesse trabalho com relação a recursos humanos e inicialmente criou-se aquela idéia que esse trabalho era para mandar embora funcionários da AMPREV no determinado percentual, tanto da sua parte, quanto do Conselheiro Marcelo, não era esse objetivo, tanto que nós verificamos que o quadro da AMPREV, ele ia sim ser existia uma organização, uma reestruturação em nível de organização, porque nós observamos que tinha em certos setores, tinha pessoas que estavam em funções, onde o cargo dele não condizia com a atividade que ele estava exercendo e outros e outros fatores, nós verificamos. Então, quer dizer, foi feito um trabalho nesta parte de recursos humanos, que era justamente para, no nosso próprio relatório, nós colocamos que era com a finalidade de reestruturar a questão dos RH da AMPREV, de dar uma organização, e observamos que havia um certo descontentamento de alguns diretores devido até a própria organização que estava em determinados setores, e este trabalho foi realizado e finalizado e foi mandado para a diretoria na época, que infelizmente não levou a sério, nem chegou a trazer em nível do Conselho. Então, quer dizer, foi um desrespeito muito grande, porque foi feita uma comissão aqui no Conselho, para ser feito esse trabalho, nos fizemos e o próprio diretor simplesmente não levou a sério como já foi dito. Então quer dizer, por isso, ele é contra esta proposta inicialmente, devido a este desrespeito que houve, porque este trabalho com certeza traria

benefícios a AMPREV e nem em nível de Conselho foi abordado. **O Conselheiro Anatal resolveu** se pronunciar em relação a relevância do pedido do Presidente e os outros assuntos à serem abordados, e lhe preocupa alguns pontos, ele já observou em alguns órgãos a montagem dessa Assessoria Institucional, e que ele observou nesses órgãos e que o objetivo para o qual surgiu essa assessoria institucional na organização, em parte ela não, a expectativa não foi atendida, então a gente tem que visualizar e perceber isto. Ele ver aqui o seguinte, esse profissional ou essa profissional supostamente iria assumir este cargo, que tem que ser feita até uma avaliação desse técnico, acredita até para colocar em apreciação neste Conselho, para que depois a responsabilidade a principio não recaia somente sobre a sua cabeça. Outro ponto que tivemos, esses dois Conselheiros que fizeram esta viagem para avaliar esse pré-concurso e da estrutura organizacional da AMPREV no que diz respeito a isto, ele imagina que estejam próximos de uma decisão. **O Conselheiro Mário Gurtyev disse** que da proposta. **Continuando o Conselheiro Anatal colocou** que existe uma proposta, só que esses assuntos e encaminhamentos técnicos, acho que talvez, eles não possam esperar tanto, ele acha que está aí a sua preocupação, neste sentido e se for para suprir as necessidades, ele pensa positivamente. **O Conselheiro Mário Gurtyev fez** um acréscimo, contribuindo com que ele disse até porque por mais rápido que a gente andemos a partir de agora, nós temos alguns elementos, estamos aguardando chegar mais, chegou no teu e-mail Conselheiro, falou referindo-se ao **Conselheiro Marlúcio, que ligou** para a moça do AMAZONPREV, e ela falou que teve um probleminha lá, mas que hoje ou amanhã ela está mandando. **Continuando, o Conselheiro Mário Gurtyev falou** que até hoje pela manhã não tinha chagado no seu e-mail, mas por mais rápido que eles andem, não depende só deles, o dia que for aprovado pelo Conselho com alteração ou sem alteração, vai acima de tudo ao Governador e aí teremos que fazer um trabalho político para que se tenha a vontade política de encaminhar para Assembléia, e isso não é coisa para um mês ou dois. **O Conselheiro Presidente falou que** isto é um passo que já não depende do Conselho. O Conselheiro Mário colocou que exatamente, por isso que ele não pode se ter a necessidade, ele não pode esperar. **O Senhor Presidente falou referindo-se** ao Conselheiro Anatal, dizendo que ele quer também, que ele já tem o perfil da pessoa que ele precisa e que ela tenha formação compatível com as atividades, seja um economista, contador, um administrador, são as pessoas, assim que vamos dizer, tem a melhor formação, está mais próxima para desenvolver as atividades de planejamento, ele não quer dizer que as outros graduados, também não tenham este perfil, mas a principio seria esta formação de economista, administrador e até um contador, pessoas com experiência, que já tenha desenvolvido em algum órgão publico uma experiência que comprove a responsabilidade por algum setor de planejamento dentro de algum órgão, então a gente vai trabalhar nesta linha. **O Senhor Artur passou a palavra para o Conselheiro Márcio que disse** que a sua preocupação é salutar, realmente, ele já trabalhou aqui na AMPREV e desde sua criação de junho de mil e novecentos e noventa e nove, com a extinção do IPEAP, nunca existiu um núcleo de planejamento na Instituição, então este problema realmente é crônico, todos nós sabemos, a Dra. Estela, o Marlúcio, que são conselheiros a mais tempo, que a AMPREV sempre ficou muito desorganizada, sempre se pediu relatório de planejamento que o Monteiro solicitou e nunca ninguém atendeu esta questão. Então realmente este problema que o Senhor está sentindo, ele sempre viu aqui na Instituição e acha o seguinte, no Estado existe bons profissionais, economistas, administradores, contabilistas, que estão ociosos por alguma atividade especifica, tem o exemplo do SIAC/SUPERFÁCIL, que começou chamar servidores que estavam nesta situação, ela fez

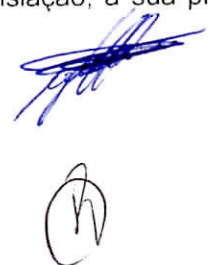
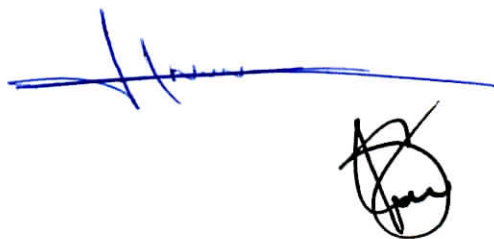
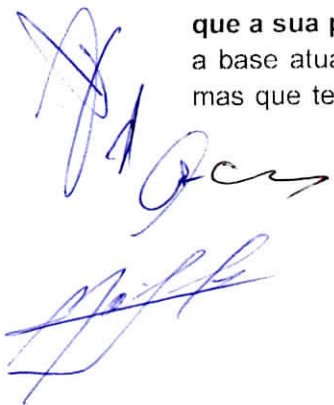


The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a large signature that appears to be 'Artur', a long horizontal line, a signature that looks like 'Mário', a signature that looks like 'Márcio', and a signature that looks like 'Presidente' with the number '12' written next to it.

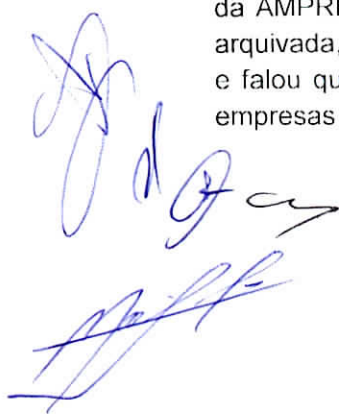
uma seleção assim bem rápida, mesmo e instituiu um abono para essas pessoas que se interessaram a trabalhar no SUPERFÁCIL, houve uma procura tão grande de servidores que estavam insatisfeito nos demais órgãos, os servidores do Estado, essa seleção foi assim muito procurada e está aí o SIAC/SUPERFÁCIL têm bons profissionais, o atendimento muito bom e ele pensa que a AMPREV poderia fazer assim também, fazer um chamado na própria Secretaria da Administração, divulgava isso e nós como Conselheiros daqui poderíamos instituir um abono ou uma gratificação para esse fim, solucionava como temporário até o advento do concurso é uma proposta que ele deixa para os Conselheiros. **A Conselheira Estela disse que eles que** já estão algum tempo no Conselho e ainda há um sentimento de descrédito não na pessoa do Presidente Artur, mas em relação a Instituição AMPREV, nós lutamos muito na gestão passada, colaborando de várias formas, por isso, ela entende muito bem a fala do Conselheiro Luiz Eduardo, que realmente nos propusemos na época esta comissão, e ela realizou um trabalho e a Presidência da AMPREV na época, não deu o mínimo valor ao trabalho que foi feito, mas ela acha que são águas passadas, a pessoa do Dr. Artur é uma pessoa que trouxe credibilidade para AMPREV, para este Conselho, ela já disse em outra oportunidade, que todo mundo sabe da pessoa que se trata, que tem tido um trabalho no Estado que só tem trabalhos com bons resultados exitosos, então, ela não tem receio em que as proposta que são feitas pelo nosso presidente, são propostas sérias e que realmente, ele vai buscar o melhor possível para a AMPREV. Então, ela acha que por isso, tem que passar por cima do que já aconteceu e procurar buscar esses novos horizontes, daí ela é favorável sim, porque já foi explicado desta necessidade, lhe associa o que o Conselheiro Mário colocou que realmente esta necessidade não pode ser atendida no concurso, mas ela é imediata para agora, ninguém trabalha sem planejamento é difícil e realmente a forma como vai ser selecionada esse profissional, talvez até aqui, ele que já esteve aqui, já colaborou, já sabe do trabalho, talvez possa ser novamente convidado, quem sabe, ele não aceite retornar agora com uma gratificação. A Conselheira colocou ainda que, agora só assim, a criação deste cargo teria que ser por lei. **O Presidente disse que não. A Conselheira falou** que de qualquer forma seria a criação deste cargo. **O Senhor Artur disse** que não, questionando, por que por lei, pois temos três cargos aqui, que são as diretorias, todos os demais cargos. **A Conselheira Estela colocou** que o seu questionamento é o seguinte, essa forma de criação, qual seria a sua forma legal, porque realmente haveria necessidade de ter esse conhecimento, seria através de lei ou se este Conselho tem poder para fazer a criação de uma assessoria, realmente lhe foge conhecimento para tanto. **O Conselheiro Micherlon colocou** que pode fazer a indicação, agora aprovar lei não. O Conselheiro Mário colocou que criar assessoria pode, agora a remuneração da assessoria é complicado. **A Conselheira Estela falou** que por isso que ela diz que seria por lei. **O Senhor Presidente perguntou** para o Bernardino que está a bastante tempo, se ele lembra como foram criados esses outros cargos, sem ser os cargos da diretoria. **O Senhor Bernardino falou** que o Conselho aprovou a criação e o Presidente encaminhou para apreciação do Governador que criou através de um Decreto. **O Conselheiro Micherlon falou** que de qualquer forma cabe ao Poder Executivo. **O Conselheiro Mário colocou** que na resolve a questão da legalidade, mas fica mais seguro. **A Conselheira Estela falou** que fica menos informal. **O Conselheiro Mário Gurtyev** disse que menos informal e menos exposto. **A Conselheira Estela colocou que é verdade**, até porque vai envolver a questão da remuneração, e cairíamos naquela situação da criação do Comitê, em que se previa uma gratificação do Comitê de Investimento e que eles cairiam na mesma situação daquela gratificação seria diferenciada, que não pode, porque não tem

previsão, essa é sua preocupação neste sentido. **O Senhor Artur falou que primeiro** vão ver o Conselho, qual é a deliberação do Conselho, se ele está de acordo com a criação da Assessoria. O Conselheiro Marlúcio ver a preocupação da questão com relação a que a Dra. Estela falou, agora, ele queria perguntar para o Senhor Presidente, se ele já tem em mente esse técnico, ou se vai vir alguém do Governo, porque mesmo que venha algum à disposição do senhor, a pessoa não vem trabalhar de graça. **O Conselheiro Presidente falou** que ainda não tem, mas que a idéia é coletar currículo para fazer análise com formação e experiência que a pessoa tem, ele acha que muitos pretendentes que tem a formação, agora a questão da experiência, ele acha que vai pesar mais na escolha da pessoa, ele não tem nome nenhum. **COLOCADA PARA APRECIÇÃO A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA ASSESSORIA INSTITUCIONAL.** O Senhor Artur perguntou para o Colegiado quem está de acordo com a criação da assessoria, que levantasse o braço. **O COLEGIADO ASSIM APROVOU E AUTORIZOU A CRIAÇÃO DA ASSESSORIA INSTITUCIONAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA.** O Senhor Presidente falou que agora será feita uma Resolução e ele irá submeter apreciação do Governador, para ele por decreto fazer a criação. **O Conselheiro Monteiro falou** que gostaria de fazer um adendo nessa proposta, que se encaminhe a proposta de Jeton, o Conselheiro colocou que o Presidente é sabedor que eles estão se reunindo aqui, três, cinco vezes por semana, e que eles estão trabalhando. **O Senhor Presidente falou que** é legítimo a reivindicação do Conselheiro e ele tem acompanhado que este comitê tem se reunido com frequência mesmo, é legítimo. **A Conselheira Estela falou** que iria fazer um adendo ao conselheiro Mário, na ação proposta pelo Ministério Público que tramita na terceira vara civil, foi arguido e se detectando a inconstitucionalidade da lei que modificou a situação da AMPREV, inclusive onde previa a questão da gratificação, o jeton que era pago ao Conselho, neste bolo todo que ela tem certeza que foi manobra política, foi tudo junto. Então se, o Judiciário ao sentenciar esse processo, ela não vai dizer noventa e nove por cento de que é inconstitucional, até por que, a forma como ela foi encaminhada, foi uma forma de que não tinha legitimidade para fazê-la, parte dessa situação seria resolvida com relação a gratificação, pelo menos quem está no Comitê seria gratificado, receberia esta gratificação, senão de repente pode fazer um pedido, uma gestão lá Juiz da terceira vara e que pode-se apreciar esta ação. **O Conselheiro Mário Gurtyev,** Na terceira vara é um Juiz muito agiu e um dos mais agiu que temos aqui, o Juiz Antônio Enestro, ele ficaria até sem jeito de fazer um pedido desse, porque seria até uma agressão, por que ele é ágil, pode ser que algumas causas são mais difíceis que outras e o nosso Juiz fica muito a vontade para fazer a bobagem que quiserem, no Tribunal, se for o caso, e se for possível, ele conserta. **O Conselheiro Marlúcio lembrou** a questão do Jeton, e na proposta da lei, na mudança da lei, na época o jeton era um salário mínimo, na proposta mudança da lei, foi proposto pelo Conselho fiscal e ele não sabe, ele acha que vai acompanhado também pelo Conselho Estadual, que seria vinte por cento da remuneração do Presidente, que era o antigo, ai a gente ficou para discutir isto na mudança da lei, como ele ver que já está instituída a Comissão, ele acha que esperariam mais um pouquinho e deixaria tramitar, mais um, está quase que um ano isto lá judiciário, se pode isso. **O Senhor Presidente falou** que convidou duas Senhoras para participarem dessa reunião e a seu convite, elas vieram falar sobre a questão do calculo atuarial, elas são representantes da empresa que venceu a licitação para fazer o cálculo. Ele falou que iria fazer uma inversão e que isso, não estava na pauta e que poderia entrar no "o que ocorrer", ou seja, não vai para deliberação, só para elas mostrarem, qual vai ser a metodologia do trabalho que vai ser feito e até para liberá-las, eles poderiam inverter logo e depois eles continuariam a pauta. **O**

Senhor Artur colocou para apreciação o seu pedido, que foi acatado pelo colegiado. Em seguida, ele apresentou as Senhoras Vilma e a Mick, que os técnicos da empresa EXACTUS, que tem sede em São Paulo, que foi quem venceu a questão da licitação para a questão cálculo atuarial e elas estão a seu convite e ele pediu para que elas pudessem vir na época da reunião para que fossem apresentados e elas querem colocar a metodologia que vão trabalhar, para fazer o levantamento do cálculo e elas estão para tirar todas as dúvidas que terão a respeito dessa metodologia. **O Senhor Presidente apresentou-as** para os Senhores Conselheiros e em seguida passou a palavra para as representantes da empresa. **A Senhora Vilma cumprimentando a todos**, falou que é da empresa EXACTUS, que trabalha com cálculo atuarial e elas estão aqui para fazer uma metodologia de cálculo e já iniciaram o trabalho e elas já estão interagindo com o departamento financeiro, bem como outros, buscando uma base de cálculo, para entender a situação da AMPREV e iniciar os trabalhos, e como elas fazem isso, o nosso trabalho é sempre focado em equipe, eles não tomam, nenhuma medida, nenhuma atitude, antes de consultar a AMPREV, estão todas as primícias, todas as hipóteses, tudo que se envolve no plano, é uma coisa conjunta e é consultada a AMPREV. **A Senhora Mick falou que antes de formalizar o resultado**, eles apresentarão, quais são as diferenças, entre as tarefas passadas, quais as hipóteses que estão adotando, tanto na questão atuarial, como também nas questões financeiras, sobrevivências, hoje nós temos uma reunião com um fundo que vai cair, mais um pouquinho, a taxa de juros, elas andam juntos com as demais decisões da AMPREV e é dessa forma que eles trabalham e depois que eles consolidam juntos os entendimentos, os resultados, eles formalizam e elas se colocam para tirarem qualquer. **O Senhor Artur colocou que a empresa quando se manifestou para concorrer**, ela apresentou um currículo, uma relação de clientes que eles prestaram e que ainda prestam ainda esses tipos de assessoria, inclusive, o Supremo Tribunal Federal, de Brasília. **A Senhora Vilma falou de alguns órgãos**, prefeituras que este serviço é prestado. **O Conselheiro Anatal colocou** que está instituído um comitê de Investimento e perguntou se vai haver uma relação de trabalho, de troca de informação, relacionada com esses. **A Senhora Vilma colocou** que se houver necessidade, sim, até porque eles terão que estarem atrelados a Instituição nas decisões. **O Conselheiro Anatal perguntou ainda** se eles vão trabalhar dissociadamente. **O Senhor Presidente colocou** que na realidade, elas vão trabalhar em cima das informações, por exemplo, o que é necessário para elas desenvolverem o trabalho, elas vão pedir, olha precisamos desse material, daí nós temos obrigação de fornecer, agora, como ela deixou assim, bem claro, é que o cálculo final, ele não vai sair da AMPREV, sem que haja toda uma conscientização. **A Senhora Vilma reiterou a questão que o Senhor Presidente colocou e disse** que o cálculo atuarial tem que está atrelado a questão financeira e que vai haver essa parceria. **O Conselheiro Anatal disse que não falou** da interferência, mas de parceria. **O Senhor Artur colocou que inclusive depois** que foi iniciado, depois que foi homologado a licitação, eles pediram várias informações, inclusive a nossa legislação, elas chegaram ontem (vinte e oito de abril de 2009) e trouxeram uma proposta que ocorreram no final do ano, porque saíram duas portarias do Ministério, a quatrocentos e dois e a quatrocentos e três, quer dizer, várias propostas já, que elas estão apresentando já baseado nisso aí, e esse material, que elas já estão produzindo, vão ser muito útil para aquela comissão, que foi deliberada na última reunião para fazer a mudança na nossa legislação. **O Conselheiro Monteiro falou que a sua preocupação é justamente essa**, cálculo atuarial é baseado num tripé, cadastro, a base atuarial que ela já deve ter escolhido para usar, adequar, que é obrigatório agora, mas que tem algumas regrinhas atuariais e a questão da legislação, a sua preocupação é



que isso seja só, para que eles possam está cumprindo o que o Ministério estabeleça, que isso sirva de um orientador para que, eles possam fazer os nossos investimentos, possa, se for o caso, alterar a legislação, elas vão propor algumas sugestões e eles vão propor cenários e ele acha que essa interação vai ser muito positiva se acontecer dessa forma, e um dos pontos que ele vem tocando nas reuniões e pediu para que fosse colocado uma comissão que ficasse vigilante com relação ao nosso cadastro, fragilidade ao nosso cadastro, a ultima empresa que foi contratada para este fim, ela tentou descrever relatórios delas, as fragilidades que tinha em nosso cadastro, quer dizer, fica muito fácil, ele colocar só as primicias, colocar que é padrão, ou seja, a pessoa não tem a informação, quando foi ela começou a trabalhar, ele vai colocar o que é padrão, que é dezoitos anos. **A Senhora Vilma falou que** este item é um item obrigatório, e se você não tem esta informação, ai você coloca padrão, continuando o **Conselheiro Monteiro colocou** que eles querem ter a informação, a questão é essa, que não apresente essas fragilidades, que eles façam um cadastro que seja consistente para que eles não estejam dependendo dessas situações, e que eles sabem que é padrão, e que isso não reflete a realidade, que isso de certa forma, causa pequenas distorções, se a pessoa casou novamente, se não casou, que idade tem a esposa, tudo isso vai influenciar, o nosso cadastro tem que refletir a realidade, a sua grande preocupação é com esse cadastro, que pode causar distorções no nosso cálculo, o cálculo, antes que seja liberado para vocês, dizia, que nós só teríamos dinheiro até dois mil e vinte e quatro, mas, nós sabemos dessas fragilidades, tanto na nossa legislação, quanto no nosso cadastro, que geram essas distorções, e ai eles gostariam de que forma elas poderiam contribuir. **O Senhor Artur falou** que com relação ao cadastro, ele já foi recuperado, não digo recuperado, ele já foi consertado, não na sua totalidade, mas quase noventa e cinco por cento do nosso cadastro está perfeito. **O Conselheiro Monteiro falou** que já várias vezes representações no Tribunal de Contas e foram entregues com deficiências, devido aquele evento que houve entre 2001 e 2002, o cadastro que foi feito por empresa, esse empresa não entregou para AMPREV, aquele momento foi feito um cadastro bem completo, foi a UNB que fez, e foi um cadastro bem completo e quando ano passado realizaram, as pessoas não estavam preparadas para completarem dados, já tinham preenchidas, então colocavam dados a mais, e o que ele solicitou da AMPREV, que disponibiliza-se uma cópia do programa, para que eles fizessem este cadastro, inclusive ele se disponibilizou para fazer isso junto ao sindicato, e que lá são aproximadamente setenta pessoas, e fica fácil de fazer isso, mas ainda não foi disponibilizado este software, porque na verdade, a empresa que foi contratada, em dois mil e oito, já era para ter colocado este cadastro na internet, a proposta dela, quando eles se apresentaram aqui, a empresa que foi contratada do software, a agenda, diziam que, era até o final do ano, que eles iriam disponibilizar isso e iam implantar na internet e até agora, ele não viu nada disso, e é essa a sua preocupação. **A Senhora Vilma disse que primeiro**, eles tem que ter acesso a esses dados e que até agora, elas não podem dar nenhuma posição, ela falou ainda que agora é obrigatório, elas apresentarem para a Secretaria, uma avaliação da comparação dos cálculos atuariais, e um pontos, são essas obrigoriedades. **A Senhora Mick colocou** com as novas portarias do Ministério, que a Secretaria está obrigando os Institutos a manterem arquivadas, as bases de caixas que fornecidas para os cálculos atuariais. Ela falou ainda, que já conversou com o corpo técnico da AMPREV e disse que a Instituição, está entre os poucos Institutos do Brasil, que base arquivada, e que a maioria dos Institutos não tem como recuperar as suas bases de cálculo e falou que eles não fazem as bases atuariais só dos Institutos, mas de Prefeituras e de empresas privadas que trabalham como seguradoras e ela garante para eles, que nenhuma



dessas empresas está com cem por cento de sua de cálculo, tanto é, que todos os órgãos reguladores, como SUSEPE, como a Secretaria de Previdência Completar, como os Fundos de Pensão, eles já tem uma margem de erro, de tolerância na base de cálculo e isso é impossível, elas falaram que isso é sempre um alvo, e é um processo contínuo, ela disse que ano passado já foi uma limpeza, e pelo que elas conversaram com o pessoal da AMPREV a tendência é de continuar este processo, ela disse que essa avaliação irá começar no mês de maio e ai sim, elas colocaram que a cada seis meses, elas solicitam a base de cálculo dos Institutos, e que elas trabalham dessa forma, ou seja, para quando chegar dezembro elas terão um parâmetro melhor do que junho. **O Conselheiro Monteiro falou que considera** que o trabalho vai ser bem proveitoso, mas a sua preocupação, eles são setenta no Tribunal, bem fácil de fazer, o Conselheiro Wellington não está aqui, ele ficou de fazer um cadastro, ele se comprometeu de atualizar este cadastro do Estado, que é o nosso melhor cadastro, que mais que setenta por cento dos nossos servidores são do Executivo, e saber como está a consistência desse cadastro, como é que está o avanço desse cadastro, seria bom consultá-lo, porque é o mais preocupante e que o deles é fácil de fazer, o Tribunal de Justiça, se ele não está enganado, ele passou tudo em dia eles fizeram uma atualização, está tudo bem, está tudo ok, mas a sua preocupação é com relação a esta base, que no sentido de cumprir, o que estabelece, tanto a SUSEPE, no caso Previdência Privada, como a questão do Ministério, n's sabemos que vamos atender, mas ele ver isso, como orientador para as nossas atitudes, para que nós vamos mudar na lei, para que nós vamos fazer de investimentos, é fundamental, que se tenha um cálculo atuarial que seja mais próximo do que realmente é real, ele sabe que nunca vão chegar nisso, mas mais próximo possível, vai permitir que você saber, que somente em dois mil e vinte e quatro ou dois e trinta, você vai necessitar de uma quantidade de recurso para que você possa fazer investimentos mais longo e mais rentável. A Senhora Vilma finalizando falou que a metodologia de trabalho deles não é só isso e que eles vão fazer uma avaliação atuarial em parceria com a Instituição. **Pauta 07 – Comunicação da Presidência** - O Senhor Presidente falou que agora vão entrar nas Comunicações dos Conselheiros e como só é comunicações, e que não tem nenhum assunto para ser discutido e ser votado e que inclusive, teve uma questão na leitura da ata, que a pessoa questionou que nas comunicações que não tem nenhum assunto para ser apreciado, que estavam com o tempo superior as questões que devem ser votadas e discutidas e pediu aos Senhores Conselheiros que nas comunicações, que eles sejam breves, porque no o que ocorrer, ai sim, tem duas situações, que talvez eles precisem discutir. **O Senhor Artur comunicou que foi nomeado os membros da Comissão para reformulação da Legislação Previdenciária, já saiu a portaria, saiu a resolução, e saiu a portaria com os membros que foram indicados aqui, membros do Conselho, do Executivo, da Procuradoria e dos técnicos da AMPREV,** então a comissão está formada, falta a Comissão se unir para iniciar os trabalhos. A Segunda Comunicação é com relação ao Iteamento CAJARI, nós já entregamos para a justiça, o laudo que veio do IMAP, o laudo oficial que veio, o nosso Procurador foi lá no Fórum, fez o requerimento e juntou no processo aquele laudo, o Juiz, que é até o Dr. Ernesto, disse que ele vai fazer a vistoria com esse documento e vai marcar o dia. **O Conselheiro Mário Gurtyev comentou** que essas questões possessórias que Dra. tem mais conhecimento do que ele, elas são mais demoradas, porque o que tem são só fatos, prova oral, pericial, geralmente são mais demoradas. Continuando, ele comunicou que fizeram a publicação do Regulamento do Comitê de Investimentos e do Regimento Interno do Conselho Fiscal, disse também que fizeram a licitação para contratação da empresa do cálculo atuarial, que foi a empresa

apresentada. Receberam uma solicitação de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da comissão que está elaborando proposta de lei para criação do quadro, a proposta foi encaminhada pelo Dr. Mário Gurtyev, em função do tempo por mais trinta dias, e que ele terá que oficializar o Ministério Público, porque o prazo do Ministério Público do Trabalho termina dia onze de maio, então nós vamos pedir para eles. Mais trinta dias, em função da solicitação dos Conselheiros. **Pauta 08 – Comunicação dos Conselheiros** – O **Conselheiro Micherlon comunicou** que a situação do que já lhe solicitaram, inclusive lhe questionando com relação a extinção do CAIS, e perguntando qual era o serviço que eles estavam desenvolvendo dentro da AMPREV como Conselheiro, e ele queria fazer uma solicitação, que eles voltassem, se ele não se engana, e que já fazem mais de dois anos que a AMPREV teve na nossa Instituição, e fez uma exposição, uma espécie de motivos, colocou que era a AMPREV, a finalidade, o que ela estava desenvolvendo, com os Conselheiros e ele faz essa solicitação que volte novamente a nossa Instituição e eles façam um trabalho de planejamento, ele crer que não só na sua Instituição, mas em todas, quando o companheiro Marlúcio, também o companheiro Monteiro, sobre o cadastramento, de algumas informações que eles não têm, ele já fez várias solicitações, para verificar como estava o andamento dos processos de reforma dos policiais, e até hoje ele não recebeu resposta, então ele faz uma solicitação junto a Presidência e coloca à apreciação dos Conselheiros também, que eles possam fazer um Work shopping, fazer um planejamento, não só aqui dentro do Estado, mas no nossos municípios também, para eles fazerem umas visitas, porque, ele acha que não só aqui dentro da capital, mas como nos interiores também, eles precisam também dessas informações. **O Senhor Presidente falou ao Conselheiro Micherlon**, que eles já têm isso no nosso planejamento de 2009, de fazer em cada município um evento, seria justamente para socializar, porque hoje, eles têm poucas pessoas que realmente entendem "o quê é a Previdência", inclusive, lhe falaram que ontem veio uma pessoa aqui, para tirar o desconto dele da AMPREV, que ele não queria mais pagar a AMPREV, ou seja, ele não tem consciência do que ele está pagando, então o Presidente quer fazer este trabalho de conscientização e de esclarecimento, ele quer fazer agora nessa época do verão, por causa do tempo que é inverno. **O Conselheiro Micherlon falou que este questionamento**, é quase a mesma situação, ele estava em uma reunião e determinados associados chegaram e disseram culpa deles não terem um plano de saúde, são vocês, que estão representando, e acabaram com o CAIS. **Continuando o Senhor Artur colocou** que depois de fazer em todos os municípios, eles fecham com grande evento em Macapá, então realmente, eles vão fazer este evento esse ano. **O Conselheiro Mário comunicou que ele e o Conselheiro Marlúcio fizeram uma viagem ao ACRE e AMAZONAS, visitaram a ACREPREVIDÊNCIA**, que lhe pareceu uma Instituição muita organizada, não tem quadro funcional, funciona com o quadro de servidores cedidos pela Secretaria de Administração e funciona dentro da Secretaria de Administração, porque não tem prédio, mas lhe pareceu ainda sim, organizado, ele tem alguns elementos que servirá de base para o nosso trabalho, e depois, em seguida, **eles viajaram para Manaus, visitamos a AMAZONPREV**, ali, ele saiu maravilhado, ali é uma Instituição de dez estrelas, não de cinco e de seis, muita organizada, com uma coisa interessante, tem um quadro de efetivos enxutíssimo, de cinquenta e três, todos celetistas, como serão, os nossos servidores, mais contratados mediante a concurso público, e são cinquenta e três servidores e se ele não se engana, soma-se com os cargos em comissão, oitenta e dois ao todo, então uma Instituição grande, o Amazonas é um Estado grande, não entanto funciona bem, é uma coisa espetacular, o atendimento ao público lá, é inveja a qualquer Instituição pública do país, aos

aposentados, aos que estão no auxílio, e ver que eles podem ter um quadro enxuto aqui, foi o que lhe deixou bem tranquilo, porque ele imagina que necessitava de um quadro grande e ele acha que não, que eles podem ter um quadro igual aquele, falou ainda que eles tem quase vinte e três mil aposentados e chega com vinte e oito mil com os pensionistas. **O Conselheiro Monteiro falou** que aqui deve ter de quatrocentos a quinhentos aposentados. **O Conselheiro Anatal falou** que até ouvindo as referenciais do Conselheiro, ele informa que ele tem um material, que vai servir para eles elaborarem o informativo da sua entidade, o SINDFISCO do Amapá, e ele entende que vai ser bem importante, até para dar aquelas informações básicas necessárias, a respeito de Previdência, porque eles, a daqui dez anos, já estarão entrando na linha de aposentadoria, ele acha até interessante, eles, a partir de agora, já saber efetuar cálculo, esta a par de tudo isso, então esse informativo, ele vem trazendo todas essas informações e no momento oportuno, ele deve fazer uma apresentação para ver se as outras entidades, ou a Instituição AMPREV, ela pode até lhe ajudar, com efeito de publicação disso e disponibilizar para todos. **O Senhor Artur falou que a idéia é essa**, que nesses eventos, eles devem levar esse material, além das palestras que vão ser dadas, também, eles vão distribuir o material para ficar com os Conselheiros. **O Conselheiro Arnaldo colocou** que seria interessante, já que existe essa programação de visita aos municípios, e ele não se isso já planejado, ou se já acontece, mas assim, ele percebe que é muita preocupação em dar transparência nessa relação da AMPREV com o servidor ativo, mas não sabe, se há, alguma relação de aproximação, de contato, com o aposentado, com aquele que já saiu da ativa, então ele queria propor isso, que a Instituição também, criasse mecanismo, de aproximação com as pessoas que já deram a sua parcela de contribuição para o Estado, que hoje estão ali esquecido. **O Conselheiro Mário falou** que o AMAZONPREV faz isso com perfeição. **Continuando o Conselheiro Arnaldo falou que viu** uma Instituição Previdenciária que trabalha muito esta questão do aposentado, ele sabe que isso gera custo, mas ele acha que isso é uma forma de cumprir o papel de inserção do aposentado na sociedade, nada que vá criar, digamos assim, mais um elefante, mas aproveitar inclusive esses eventos que eles vão fazer esclarecimento para o pessoal da ativa, e chamar o aposentado. **O Conselheiro Marlúcio falou** só para acrescentar sobre sua viagem com o Conselheiro Mário, ele tem um material que vai passar para o Presidente, que ele já tem demais papel da AMPREV, na casa dele, na sala, na cozinha, então ele vai passar para o Presidente, para que ele, dê uma analisada e que a visita foi muito proveitosa, que lá, o trabalho do Presidente, houve um continuismos lá, o presidente lá, veio ao longo do tempo com a sua equipe, por isso, eles chegaram, onde chegaram, desde da criação, o planejamento estratégico, então, o quê que houve, até a questão da conscientização do servidor através do work shopping, eles foram nos poderes executivos, legislativo, judiciário, eles massificaram isso, isso é até bom, como ele disse para eles, porque blindar a Instituição, porque hoje, qualquer governante, ele pensa que ele pode fazer, o que ele quer, e não é, eles conseguiram criar aquela massa para criar de conscientização, de que aquilo é do servidor, então, ele passou dois anos massificando, ele falou que eles têm problema com os poderes, com o executivo não, os poderes estão fazendo coisa lá, que eles acham, o legislativo aposenta, o Ministério Público aposenta, não é na gestão única, eles recolhem em nome do servidor, mas comem no nome da AMAZONPREV, mas fica nos cofres deles, ele quer dizer ao Senhor Presidente, que eles acharam louvável, o Conselheiro Mário Gurtyev, o Desembargador se interessando, vindo aqui buscar subsidio, nós dissemos que o Desembargador vai se aposentar. O Desembargador falou que é lógico, brevemente, quer dizer foi uma visita extra-ordinária, ele gostaria de visitar a AMAZONPREV, e os outros

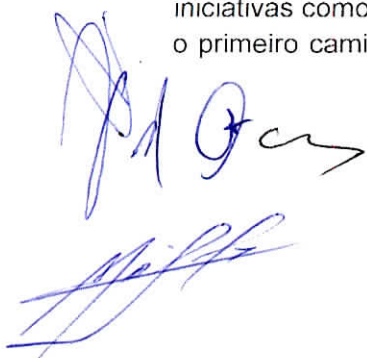
Conselheiros que pudessem, o Senhor próprio poderia logo visitar, de repente passar o Governo, mas podem continuar o seu trabalho aqui, que dar para continuar, ele tem um material e vai passar para o Presidente e acha que isso que tem que acrescentar. **O Conselheiro Mário colocou que** o trabalho que eles fazem com o aposentado é espetacular, tem cartilha do idoso, quer dizer, eles tem um trabalho formidável, lá ninguém fica velho. **O Senhor Presidente falou que** eles vão produzir um material com certeza, porque nesses eventos vão precisar, além das palestras, eles vão uma, duas, três, quatro pessoas e cada uma vai palestra sobre um tema, e também tem que deixar um material, com certeza. **O Senhor Marlúcio colocou que** o Presidente do AMAZONPREV, não é nem servidor público, ele tem quarenta anos trabalhando no setor público, mas não é servidor público, ele trata aquilo ali, como se fosse uma empresa que gera lucro. **O Conselheiro Mário falou,** que assim que tem que ser mesmo, ele falou que vai para o Presidente e não sabe de que forma, ele pode passar para outros Conselheiros. **O Senhor Presidente falou que** vai ver o que pode fazer. **O Conselheiro Mário disse que está** ficando com uma parte do material, porque vai útil para o planejamento estratégico que irá fazer, apesar, mas que depois também vai passar para os outros Conselheiros. **O Conselheiro Monteiro falou que** foi interessante o que o Conselheiro Arnaldo colocou, e ele apresentou aqui uma revista para Dra. Ivana, lá da São Paulo Previdência, onde mostra grupo de dança com idosos, coral, algumas atividades que podem ser realizadas com as pessoas que já se aposentaram, sempre alguma coisa ocupacional, porque isso é necessário, e ele já apresentou, tem uns projetos, eles podem entrar, nós fazemos parte da nossa associação, e podemos solicitar da ABIPEM, e implantar e o ele tem a comunicar, a questão é que ele, no seu sindicato do Tribunal de Contas, eles vão fazer um Seminário sobre Previdência, que eles fizeram o pedido para que fosse colocado no orçamento, para que se fizesse esse work shopping constantemente e trazer uma pessoa que entende-se bem de Previdência, para explicar para o servidor, mas não só para o servidor, mas para todos os demais conselheiros, para as nossas autoridades do Estado, para entender sobre previdência, foi durante o curso que fez pela AMPREV, o ano passado, ele fez, um dos donos da escola, que é muito bom, tem facilidade, já fez isso várias vezes, já fez em outros Estados, constantemente quando você vai nos seminários da ABIPEM, ele está fazendo esse mesmo trabalho, eles estão chamando ele para fazer esse trabalho com os servidores do Tribunal de Contas, todos os Conselheiros vão ser convidados, os Desembargadores, eles vão convidar todas as autoridades, para falar sobre previdência, é uma espécie de estarte para eles façam algo maior, também via AMPREV e também tem a comunicar, que ele entrou na Secretaria de Cultura, e eles têm um projeto de museu que vai fazer pesquisa sobre a cultura cunani na Amazônia para cá, e hoje toda pesquisa que é realizada a nível de Amazônia, é baseado aqui no Emilio Gold, nós não temos, uma entidade de pesquisa a mais, aqui dentro da Amazônia, então, eles estão tentando montar uma entidade de pesquisa, que seja museu, porque o nosso Estado tem uma série de sítios arqueológicos, e a questão aqui da nossa Fortaleza, ele já esteve em vários Estados e não nada parecido com isso aqui, que eles pouco valorizam, e eles pretendem valorizar, então o projeto que ele vai apresentar, serie nesta reunião mais não deu tempo, vai ser um projeto ligado nessa área de museu, que é essa Instituição de pesquisa dentro do museu, em zoologia. **O Conselheiro Mário pediu para fazer só** um anuncio, eles poderiam criar um forró dos aposentados, falou ainda que lá no ACREPREVIDÊNCIA, tem o forró dos aposentados, começa oito horas da manhã e vai até o meio dia, e eles assistiram lá o pessoal. **O Conselheiro Damilton falou que** esses projetos são todos bancados com recursos de Bancos. **O Senhor Artur colocou que** todos

os bancos que ele visitou e os que vieram aqui na AMPREV, todos eles, nenhum se negou em examinar um projeto, na realidade, ele está com dificuldade de apresentar o projeto. **O Conselheiro Monteiro pediu a palavra** para fazer um adendo, dizendo que este projeto já foi aprovado pelo IPHAN. **O Conselheiro Presidente falou** que ficou mais fácil, e que eles tiveram um projeto, que ele falou aqui na reunião passada da FCRIA, esse já foi apresentado e já está análise no HSBC, e os projetos que eles estiverem vão ser encaminhados. **Pauta - O que ocorrer- O presidente falou** do documento que foi entregue pelo Padre Rui referente ao que foi deliberado na última reunião e ele conversou com o Padre e o Padre explicou que antes daquela área ser da AMPREV, o seu João do Bronzuique, já tinha doado a área para ele, então aquela primeira averbação que o Bosco falou naquela época. **O Conselheiro Mário disse** que de forma verbal. **O Senhor disse** que ele falou em averbação e que deve ter algum documento e o Senhor Bosco ficou de verificar isso e antes daquela área ser da AMPREV, o seu João que foi o primeiro dono, doou aquela parte para Igreja e ai o que ele disse que por necessidade, ele limpando, ampliando e que ele está com a área preservada, com a área limpa, está com a área sendo utilizada com as atividades da escola da Igreja e ele entregou esse documento para apreciação do Conselho e o presidente distribuiu uma cópia do documento para cada conselheiro e que eles se manifestasse. **O Conselheiro Arnaldo colocou** Presidente sem querer na questão do mérito da legalidade ou não do pedido, mas apenas para um testemunho, eu sou morador do cabralzinho desde 1986, fui o 10º morador do cabralzinho e eu posso afirmar que aquela área, realmente e lê não está em defesa do Padre, mas é só a testemunha da realidade e aquela área é ocupada pela Igreja desde daquela época, se ele não se engana, desde 1987, a Igreja já estava pronta, a escolinha já estava pronta, por ali bastante tempo e o que aconteceu dos tempos pra cá, foi que fizeram uma ampliação, um bosque, uma quadra, floricultura. **O Conselheiro Mário falou** de uma casa construída e que o local estava limpo. **O Senhor Artur falou** que o Padre reconheceu isso. Continuando **o Senhor Arnaldo colocou** que a Igreja está pronta, seis meses depois que ele foi morar no bairro do cabralzinho e aquela escolinha também, e o resto foi ampliação. **O Senhor Presidente falou** que o documento enviado pelo Padre, tem até um croqui da área que a Igreja possui. **A Conselheira Estela** ver o seguinte, que o item quatro está muito bem informado que foi doada ao Padre de forma verbal, pelo presidente da AMPREV a área na época Sérgio Menezes e isso aqui, veja só, é o que está escrito aqui. **O Senhor Presidente explicou o que aconteceu**, que quando foram fazer o muro, construir o muro, ai o Sérgio foi conversar com o Padre e quando chegou lá, o Padre tinha limpado mais do que a área que ele tinha, e o Sérgio, segundo o Padre, autorizou o Padre a fazer o muro, por onde estava limpo a área, ou seja, já estava excedendo a parte inicial dele e que quem construiu, o muro não foi o Padre, foi a AMPREV que quando estava construindo, a área já estava limpa e segundo, ele falou que eles iriam livrar sua área, tanto que o muro tem um recorte. **O Conselheiro Monteiro**, juntamente com a **Conselheira Estela**, colocaram que mais vezes, tem que apurar. Continuando **o Conselheiro Monteiro colocou**, já que estavam no o que ocorrer, que eles teriam que apurar, tem os processos administrativos, eles pediram para apurar e esse é mais um que precisa ser apurado, porque ele doou, porque não podia doar. **O Conselheiro Mário Gurtyev falou** que independentemente disso, ele acha que eles têm que agilizar a venda, porque brigar, o Padre vai até o Supremo Tribunal, com certeza e como a demanda no Supremo Tribunal, não demora, menos que cinco, seis, sete anos. **O Conselheiro Damilton colocou** que seria o caso de avaliar essa área. **O Conselheiro reiterou a fala do Conselheiro Damilton** dizendo, avaliar e vender a área. **O Conselheiro Monteiro colocou** que conversando com a

Caixa, ela tem interesse. **O Conselheiro Marlúcio colocou** que eles deveriam fazer uma proposta para a Igreja e falou ainda que se a questão fosse contrário. **O Conselheiro Mário disse** que o Padre tem acesso a qualquer Instituição do País, ele chega com o Ministro do Supremo e faz a choradeira dele e o Juiz julga em 20 anos, falou ainda, que temos causas no Supremo com mais de 20 anos e completando disse, que a coisa melhor é avaliar e vender para o Padre. **O Conselheiro Marlúcio fez** uma proposta de avaliar a área e colocá-la à venda e que tem gente para comprar. **O Conselheiro Monteiro falou** que queria esclarecer uma situação a nível do Comitê, que estão fazendo uma negociação com a Caixa Econômica e que na próxima semana estarão apresentando umas propostas e eles poderiam buscar nessa proposta colocar esse imóvel e ele teve uma conversa com o gerente e ele disse que esse imóvel pode ser feito o que o Governador queria, que era criar a princípio, um conjunto Habitacional, que onerava bastante, ou seja, o que estava inviabilizando o processo, era que não tinha o saneamento básico e se o Governador do Estado estartasse o saneamento básico e fizesse a parte básica, o resto, qualquer empresa pegaria para fazer. **A Conselheira Estela colocou** que ali é área de ressaca, não pode e vai ter um problema muito sério com a questão do impacto ambiental. **O Conselheiro Monteiro colocou** que tem área que não é, e que dar para fazer uma ampliação e colocou que dar para vender para o Governo do Estado. **A Conselheira colocou** que o maior interessado é o Estado. **O Conselheiro Marlúcio colocou** que se deve fazer uma proposta ao Governo do Estado de venda, avaliar quanto o imóvel está valendo hoje. **O Senhor Artur colocou** que fez uma avaliação, avaliação não, uma correção pelo valor que foi comprado na época, e que ele foi comprado por um milhão e seiscentos e trinta mil reais, isso em noventa e cinco, e eles fizeram um avaliação e em fevereiro estava em oito milhões e pouco. **O Conselheiro Monteiro disse** que na última avaliação do ano passado estava sete milhões e alguma coisa. **O Conselheiro Mário Gurtyev falou** que a Caixa Econômica avalia isso para eles. **O Senhor Presidente colocou** para que a AMPREV não tivesse nenhum tipo de prejuízo, eles iriam vender corrigindo já, e não perderia tanto, ou seja, não poderia ter lucro, mas desempatava o dinheiro. **O Conselheiro Mário colocou** até porque é área de ressaca e quem comprar vai perder muita coisa, e é uma área que não poder fazer nada, vai só poder contemplar. **O Conselheiro Monteiro disse** que a proposta é essa, que seja feita a comercialização desse imóvel, eles não podem fazer isso. **O Conselheiro Presidente disse** que ele irá fazer essa proposta. **O Senhor Artur perguntou** para os Conselheiros sobre a questão do Padre, o que eles decidiriam. **A Conselheira Estela colocou** que na verdade aqui está bem claro, houve uma invasão, ela reconhece o trabalho social da Igreja, mas é propriedade da AMPREV, eles aqui enquanto guardiões do patrimônio dos servidores, eles não podem concordar e ela vai reforçar a palavra do Conselheiro Monteiro, no sentido de que essa responsabilidade dessa ser apurada com relação aos gestor da AMPREV, porque se você for pegar o relatório da Auditoria Geral do Estado, vai ver cada aberração que dar até medo na gestão do Sérgio. **O Senhor Artur colocou** que na realidade o Presidente, apenas mudou o traçado do muro, quer dizer, não tem nada dizendo aqui, que foi doado. **O Conselheiro Monteiro falou** porque ele não protegeu o patrimônio todo. **O Conselheiro Márcio explicou** dizendo, porque já existia uma ação, e que ele não podia passar o muro na frente deles. **O Conselheiro Monteiro disse** que fizeram o muro por trás. **O Conselheiro Marcio falou** que ele fez para proteger a área, para não haver mais invasões. **O Conselheiro Monteiro colocou** porque, ele não fez, e que naquele momento, ainda não tinha aquela de parte de floricultura, aquilo não tinha, e ai ele não fez, e porque ele não cercou, ele acha que tem que apurar sim, com certeza. **O Conselheiro Arnaldo pediu** para

tirarem a sua dúvida, sobre a área que ocupada em mil e novecentos e oitenta e seis, que a AMPREV adquiriu o terreno em noventa e cinco, a AMPREV reconhece que a área, onde está a Igreja, a Escola, do Padre é da Igreja. **Os Senhores Conselheiros responderam** que a discussão é só no que avançou. **O Conselheiro Marlúcio colocou** que ao longo do tempo na AMPREV, teve pessoas que foram passando aqui, que foram cometendo esse tipo de coisa que eles veem hoje aqui, que eles se deparam, os outros que foram sucedendo nenhum foi apurando nada, ele quer que uma dia, todos, ou então todos serão responsabilizados. **O Conselheiro Monteiro colocou** que se não apurar, eles estão assinando em baixo. **O Conselheiro Marlúcio falou** que estão assinando em baixo e que qualquer dia chega alguém em sua casa e pede para ele embarcar, quer dizer essas coisas que ele tem medo de fazer, dizer que tem que está com pena do padre, ele acha que o Padre está fazendo o lá social dele, e que a AMPREV tem que fazer o seu lado social também. **O Conselheiro Mário sugeriu** para que se comece uma coisa direito, perguntando se o Senhor Sérgio mora aqui, para que se notifique ele, para que ele se manifeste sobre isso. **O Conselheiro Monteiro colocou** para se abrir um processo administrativo para essa situação, para a situação dos consultórios médicos e que as responsabilidades não foram apuradas e foi pedido medidas e o que acontece, você ver a opinião pública como o próprio Conselheiro Micherlon falou, os colegas cobram, e ai não vão fazer nada, como é que é, você estão no Conselho para fazer o quê, o pessoal vai fazendo, fazia o que queria, e não tomam nenhuma providência, e vai ficando, e veja, nós assinamos juntos, porque ele era conselheiro a época e pediu, tanto pediu que fez uma ação junto ao Ministério Público para apurar, porque votamos, nos posicionamos contrários a essa situação, então, reiterando o que eles pediram a época, ele pede que se apure sim a responsabilidade de quem deu origem ao fato, e o Conselheiro quer que seja encaminhado proposta para que eles votem e conste em ata. **O Senhor Presidente colocou** a proposta do Conselheiro Monteiro de se instalar dois processos administrativos. **O Conselheiro Marlúcio pediu** para fazer uma adendo na proposta do Conselheiro sobre também a questão do próprio CAIS, que através da ação civil pública que o Ministério Público acionou, o Conselheiro perguntou para a Dra. Estela se o Ministério Público pede ressarcimento. A Dra. colocou que ali não, foi mais a questão da extinção do CAIS, que por esse motivo, ela teria pedido objeto desse particular, mas tem outro pedido alternativo, a questão da inconstitucionalidade da lei, que modificou, que foi uma tentativa de arranjo para tentar legalizar o que não era legal, mas ficou pior, a emenda ficou pior que o soneto, e na verdade a questão da responsabilidade do ressarcimento, ainda não foi objeto de ação, mas o Ministério Público deve está buscando isso. **O Conselheiro Marlúcio falou** que quando iniciou o CAIS, o custo era quinze mil, e quando estava para fechar o CAIS, só em folha estava em cento e oitenta mil reais, fora os encargos, quer dizer Cadê a responsabilidade. **O Conselheiro Mário Gurteyv falou** por que o Ministério Público, não toma a iniciativa dessas apurações, ao invés de deixar para o Artur, que recebeu essa herança maldita e que o Ministério pode fazer isso. **A Conselheira Estela falou** que a parte administrativa, o processo administrativo, tem que ser feito pela própria administração da AMPREV, agora ao lado disso, tem a questão da improbidade administrativa dos gestores anteriores, em várias situações, que são graves e que estão nas mãos do Ministério Público, na casa da Cidadania, onde estão apurando e fazendo levantamento para que se possa propor uma ação melhor. **O Conselheiro Mário Gurteyv colocou** que o Ministério Público está fazendo a sua parte. **O Conselheiro Arnaldo colocou disse** que tem que se aprofundar-se mais em Conselhos, mas sabe que, normalmente em Conselhos, quando o Conselheiro diverge da decisão tomada, etc se

respalda, ele se resguarda da posição dele, ele se exime, o Conselheiro não pode se omitir, mas ele manifesta a sua insatisfação, registra-se e referindo-se ao Conselheiro falou para ele que, quanto a isso, ele poderia ficar até tranqüilo, porque como ele vem falando, sempre adotou um posicionamento contrário a decisão. **O Conselheiro Monteiro falou** que eles sabem disso, mas que eles não podem chegar e mudar o discurso, quanto a moralidade e realmente a imoralidade de como foi cometido esses atos, eles acompanharam isso, a pare passos, desprendendo parte de seu tempo para verificar e descobrir no decorrer de dois anos, várias outras irregularidades que vinham ocorrendo, e que eles sempre representaram e se protegeram dessa forma como o Conselheiro Arnaldo falou, mas não é hoje, que eles vão mudar o discurso e não apurar esses fatos, e não cessou o problema, enquanto ele não apurar e se tem um novo Conselho e tem um posicionamento diferente, uma administração diferente, que se faça essa apuração, até mesmo por que, se o atual Presidente, não apurar, ele também está assumindo essa responsabilidade ele encontrou problema e não deu início para sanar, para tentar apurar. **O Conselheiro Presidente colocou** que a proposta do Conselheiro Monteiro e que se instale, dois processo administrativo, um com relação a área do Padre, o CAJARI e a outra com relação a manutenção dos equipamentos do CAIS. **O Conselheiro Arnaldo pediu esclarecimento se esses assuntos**, já foram objetos, pedidos de informação das pessoas que estão sendo questionadas, já houve anteriormente pedido de esclarecimento por parte deles. **O Conselheiro Mário colocou** que foi isso que ele sugeriu diante disso, se notifica e que ele se manifeste. **O Conselheiro Arnaldo falou** que antes até de abrir o processo administrativo, se deve oportunizar aos acusados, que eles apresentem as suas alegações em relação a esses problemas. **O Conselheiro Mário reiterou** que eles se manifestem sobre isso, por que é uma acusação seriíssima, dar o que não é seu. **A Conselheira Estela falou que concorda**, mas que gostaria de colocar um testemunho, ela enquanto membro do Ministério Público, teve acesso ao relatório da Auditoria do Estado, e lá tem coisas gravíssimas na gestão desse rapaz, coisas que não foram realizadas e foram pagas, inclusive esse imóvel lá de Santana, dinheiro doado a blocos carnavalescos, e desde quando a AMPREV, tem que doar dinheiro para subsidiar bloco carnavalesco, pelo amor de Deus e a época, foi colocado para o Presidente anterior, ele fez ouvido de mercador, dizendo que não tinha conhecimento, e ela disse para ele, que ele deve ter recebido esse relatório e a informação que ela tem, é que esse relatório veio para AMPREV e lá levantava vários pontos, e pontos seriíssimos que devem ser apurados, ela acha assim, eles não devem se omitir, como disse o Monteiro, mas nós fizemos a nossa parte de lutar, fizemos representações e existem várias representações não só no Ministério Público Estadual, como lá no Ministério da Previdência, nós também fizemos, o Presidente anterior, quis nos passar o ralho, mas ele não tinha a menor autoridade para fazer isso, por que sabia dos erros, porque eles colocaram várias vezes, a situação para ele, e ele disse, há vocês fizeram, alguns fizeram, porque receberam documentos na condição de Conselheiros, é claro, óbvio, se eles fizeram porque tiveram conhecimento, eles tinham obrigação de fazê-lo, sob pena de responder com ele, pela omissão que ele estava tendo, então, ela acha, que não se pode fechar os olhos para essas coisas, é um discurso que se vem trazendo a muito tempo, de se buscar e que realmente, seja feito uma gestão que, com responsabilidade, porque, eles representam uma massa que está lá atrás e essas pessoas nos cobram, e é por isso, esse seu posicionamento. **O Conselheiro Mário pediu uma parte**, dizendo que ele, é bem velho no Judiciário, tem trinta e oito anos no Judiciário e ele já viu, centenas de iniciativas como eles estão querendo tomar agora e não dar em nada, porque é mal iniciada, o primeiro caminho, é notificar para que essa pessoa venha e esclareça, essas acusações



contra ele, ou então leva para a policia, que ela saberá o que fazer, ou seja, começar errado, vai dar errado até o final. **O Conselheiro Arnaldo pediu uma parte e esclareceu** que não há intenção de sua parte de proteger, aquele que errou, ou de acobertar o erro, mas apenas de que faça e cumpra o rito mais adequado, já que nunca houve, nunca foram instados, e que dessa forma, poderiam dar prosseguimento no feito, abrindo o processo administrativo, mas eles comessem, do degrau de baixo, porque se começar do degrau de cima, certamente isso vai gerar uma situação lá no Judiciário. **O Conselheiro Monteiro falou** que concorda com o Conselheiro e ver até o seguinte, quando se diz que é filho do mesmo pai, ele até concorda, mas o pai desconhecia essa situação e que não vai recair realmente sobre o Governo do Estado ou a figura do Governador, mas sim sobre o peso de quem deu causa, como por exemplo, prejuízo dessa natureza, doação para bloco, como o dinheiro fosse seu, essas situações, muro pagos sete vezes, superfaturamentos. **O Conselheiro Marlúcio perguntou** com relação a esse relatório, com base nesse relatório, ela não fez de graça e deve ter encaminhado para o Tribunal de Contas, a AMPREV. **A Conselheira Estela falou que acredita** que isso aconteceu, naquela época que não tinha Conselho de Administração, só tinha o Presidente, daí as contas da AMPREV, estão abertas e Conselho Fiscal terá que fazer esse resgate. **O Senhor Presidente colocou** que não tem conhecimento disso. **O Conselheiro Arnaldo fez uma sugestão**, dizendo que já tem a proposta a abertura do processo administrativo disciplinar e ele gostaria de aproveitar, que o Dr. Mário falou, como uma proposta, de não ficar omissos e nem inerte, mas que se abra uma discussão a respeito do assunto, instando aos acusados a se posicionarem a respeito do que foi colocado aqui, para que se cumpra passo a passo. **O Conselheiro Monteiro colocou** que se façam essas considerações, inclusive, as considerações que o Marlúcio colocou, sobre a questão do CAIS, que é outra que está tendo reclamação no Ministério Público. **Conselheiro Mário perguntou** se essa questão do CAIS está no Judiciário. **A Conselheira Estela colocou** que, na verdade, essa questão que ele está falando, é uma situação que quando, o CAIS iniciou, era uma situação ilegal, inconstitucional, que na verdade, quem estava pagando era a própria AMPREV, duzentos mil de salários ao mês, fora os encargos. **O Conselheiro Monteiro colocou** que estavam pagando saúde pública, o que contraria a emenda 20. **O Conselheiro Arnaldo colocou** só para justificar, vocês imaginem só, ele está no Conselho desde janeiro de 2009 pra cá, e ele não acompanhou estas situações, que outros Conselheiros que estão a muito tempo já tinham convicção e ele não tem, então, ele acha, que eles tem que igualar ao conhecimento de todos, nivelar a coisa, para que eles possam caminhar, então ele, queria sugerir isso, que eles aproveitassem, que o Dr. Mário falou, como uma proposta para em discussão. **O Senhor Artur falou para o Conselheiro**, que ele já tomou nota e fará uma notificação e pedir para que os envolvidos apresentem justificativas e depois, eles procedem, e encerrando os últimos assuntos, o Presidente falou que tomou as providencias de fazer as cobranças dos alugueis, todos os imóveis que estão alugados, ele mandou documentos para todos os órgãos e o único que respondeu, foi a Ouvidoria e ele recebeu do Ouvidor, Dr. Oton Miranda, ele fazendo uma proposta de acordo-extrajudicial, então o Presidente, mandou para ele, a época, qual era o montante da dívida, e ele está fazendo uma proposta, ele reconhece a dívida, ele reconhece que não tem como pagar a dívida de única vez, e até pela situação do orçamento que ele recebe, uma serie de coisas que ele tem colocado aqui, propõe um reajuste no valor do aluguel, fazendo um outro contrato com um outro valor de aluguel e fazer um pagamento da dívida dele em 24 parcelas, seria dois anos e pelos valores aqui, a dívida dele é aqui vinte e dois mil reais, ou seja, novecentos e trinta e cinco por mês seria o valor da parcelas, é o que ele está se propondo a


pagar, e faria um outro contrato, ele faz as considerações, o IPCA, que daria um contrato mensal de quinhentos e trinta reais. **O Conselheiro Mário Gurtyev perguntou** para o Presidente, se esses valores estão nominais ou estão corrigidos. **O Conselheiro Monteiro falou** que pagaria seiscentos reais naquele prédio. **O Conselheiro Marlúcio disse** pagaria mil reais. Após algumas colocações com relação ao valor da proposta apresentada pela Ouvidoria, a Conselheira Estela colocou que tem uma proposta para fazer com relação aos alugueis, ela acha que até falou nas reuniões passadas, mas ela vai até insistir, na verdade esses imóveis na sua grande maioria, eles estão locados a órgãos do Governo do Estado, todos estão, nós sabemos que existe um levantamento, que o Estado está fazendo para fazer um encontro de contas, então, já que vai pagar o risório, ela acha o seguinte, eles podem corrigir todos esses imóveis em valor de mercado e levar para esse encontro de contas e ai eles vão ver, quem deve quem, porque ficar numa proposta dessas e o prédio do jeito que é, querer pagar novecentos reais, ou quinhentos e trinta reais, ela não concorda, isso ai é o que acontece até hoje, com os imóveis do Regime Geral de Previdência, antigo INSS, INAPS, e você ver o buraco que existe e nos não podemos repetir essa mesma história não. **O Conselheiro Mário colocou que assim**, eles não vão resolver, vão continuar com o inquilino lá. **A Conselheira Estela colocou**, mas ai tem o encontro de contas que está sendo levantado. **O Conselheiro Monteiro falou** que tem prédio que não tem nem contrato, diga-se de passagem, ou seja, foi cedido sem contrato, e é outra situação que precisa-se apurar novamente, como é que esses imóveis foram cedidos sem contratos. **O Conselheiro Mário colocou** que eles deveriam fazer uma contraproposta, ao invés de levar para encontro de contas e que a Ouvidoria, apesar de ser Governo, ela é uma Instituição, tem o orçamento dela e pronto. **A Conselheira Estela colocou**, mas que tem os outros prédios que estão alugados ou estão cedidos e não se recebe nada. **O Conselheiro Mário colocou** que eles não estão ali, para criar caso, mas para resolver. **A Conselheira Estela falou** que está colocando uma coisa que é factível. **O Senhor Artur falou** que eles não receberam nenhuma proposta, a não ser esta da Ouvidoria, a Secretaria da Saúde, a Policia Civil, a SAP, enfim, todos os órgãos. **O Conselheiro Monteiro falou** que este assunto já foi tratado, em meados de dois mil e oito em uma reunião, eles pediram que era para corrigir os valores dos imóveis para fossem vendidos e decidiram até a venda desses imóveis. **O Conselheiro Mário Gurtyev perguntou** quanto vale a locação desses imóveis. **O Conselheiro Monteiro respondeu** que era mil e alguma coisa na época a um ano atrás mais ou menos e diga-se de passagem, vários deles não tinham contrato e ai foi pedido para que se providenciados os contratos e que fosse apurado, por que não tinham contratos, ou seja, tudo eles estão pedindo agora novamente, para que se repare, quem foi que cedeu esses imóveis sem contrato, gratuitamente. **O Conselheiro Mário Gurtyev falou** que o inquilino (a Ouvidoria), notificado, compareceu e apresentou uma proposta, mas que, eles não são obrigados a aceitar a proposta deles e que farão, uma contraproposta, ele não sabe, qual é a situação desse imóvel, mas que, para eles venderem este imóvel, ele tem preferência na negociação. **A Conselheira Estela falou** que o Estado tem preferência. **O Conselheiro Monteiro colocou**, diga-se de passagem, que aquele imóvel, onde está o sindicato, em frente ao Esporte Clube Macapá, que eles pagavam até aluguel, disse que está no relatório da Auditoria, também está no relatório que tem um vigilante, que era pago, pela AMPREV. **A conselheira Estela colocou** que também, tem essa questão. **O Conselheiro Micherlon colocou** que ele, acha que todos. **O Senhor Artur falou** que não tem mais. **O Conselheiro Monteiro falou**, por que, eles pediram, na época eles pediram para que tirasse. **A conselheira Estela colocou** que até a parte de preservação, era a AMPREV,

que pagava. O Senhor Presidente falou que hoje, com certeza não é mais e que vigilantes, eles só tem nesse prédio (onde funciona a administração), lá no CAIS, onde funciona a DIBEF e lá CAJARI, que eles têm uma pessoa lá agora. **O Conselheiro Mário falou que no CAJARI é preciso**, se não eles vão terminar de invadir e aí, vai virar um inferno. **O Conselheiro Marlúcio colocou** que essa questão, eles tem, e já vem rolando desde do primeiro mandato nosso e segundo mandato, já acabar de novo e eles não tomam, uma atitude, acha que eles tem que reiterar como o Presidente está fazendo e tentar falar com o Governador, senão, eles não rever os nossos imóveis. **A Conselheira Estela falou** que órgão desse em o seu orçamento e por que não prevê em seus orçamentos, logo, o pagamento disso. **O Conselheiro Monteiro colocou** que a dinheiro baixo, era a duzentos mil reais, que eles deviam por ano, ou seja, o custo total. **O Conselheiro Mário Gurtyev colocou** que relaxaram na cobrança disso. **O Senhor Presidente falou** para que dê o encaminhamento e já que foram rejeitadas as propostas, tanto a do Padre, como a da Ouvidoria, eles terão que fazer uma contraproposta no valor de mercado. Continuando, perguntou aos demais Conselheiros com relação a dívida que a Ouvidoria está se propondo a pagar naquela condição. **O Conselheiro Monteiro propôs** que se corrija a dívida a valores de mercado atua e faça uma cobrança no valor atual. **A Conselheira Estela falou que fez** uma proposta, que foi a sugestão de pegar esses valores. **O Conselheiro Arnaldo falou** que divergir um pouquinho do Conselheiro Monteiro e ele acha eles devem aproveitar esse momento que ele apresentou essa proposta de parcelamento que foi vencido, que é irrisório mesmo, e que está perdido até pela defasagem do valor e colocar como condição para atender o pedido dele, o reajuste no preço de mercado, quem ninguém reclama mais e ele já vai passar a pagar um valor bem mais alto, que esse, e esse aí que a AMPREV já cobrou um valor irrisório, vai continuar irrisório e apenas será embutido. **O Conselheiro Mário Gurtyev colocou** que o valor devido, o que é devido até hoje, acrescentar juro e correção monetária e não vai dar muita coisa. **O Conselheiro Arnaldo colocou para se aproveitar o momento**, como ele mesmo está apresentando uma proposta e condicionar. **O Conselheiro Mário colocou**, que está falando o que é possível fazer e se obter em juízo e mais do isso, não se obtém em juízo, ou seja, é tentar negociar. **A Conselheira Estela falou**, veja bem, a proposta dela, não deixa de ser factível, veja bem, não existe um trabalho que está sendo feito do levantamento, com relação ao Governo, essa parte e se não for considerar o caso da Ouvidoria, que está fazendo uma proposta, mas os outros que nem proposta fizeram e nem resposta tiveram, fazer um levantamento, trazer essa dívida para valores atuais, corrigidos, com juros e correção monetária e jogar sim, nessa composição que vai ser feita, é uma forma de se ganhar ou pelo mesmo não se deixa de perder tanto, ela pensa que pode ser feito isso. **O Conselheiro Márcio falou** para colocar em votação a proposta da Conselheira e ele ver como uma proposta boa e completando disse que o Presidente deveria fazer gestão junto ao Governo e verificar qual o interesse, qual o prédio o Governo tem interesse e o que ele não tem, para ver, se eles colocariam para vender o terreno ou o imóvel e o restante eles poderiam fazer o confronto de contas. **Os Senhores Conselheiros** pediram para que fosse votada a proposta da Conselheira Estela. **A Conselheira falou** que a sua proposta é factível. **O Conselheiro Márcio falou** novamente para se colocar em votação a proposta da Conselheira Estela, em virtude do montante, que pelo o que ele soube, o montante é bem expressivo, que a AMPREV tem que passar para Governo do Estado. **A Conselheira Estela colocou** ainda, que eles não vão conseguir receber os atrasados e ela acha que é uma forma deles não deixarem de perder tanto, pega os valores de todos os imóveis que estão alugados, aplica juros, correção monetária, multa

contratual e tudo que tiver e tudo mais, certo e trás esse valor para composição da dívida. **O Conselheiro Márcio falou**, até porque, o Governo do Estado, também vai fazer isso com a Instituição. **O Conselheiro Micherlon falou referindo-se** ao Senhor, que na verdade, eles só vão reiterar, porque isso foi deliberado em ata, inclusive isso encontra-se em ata, essa mesma proposta já. **O Conselheiro Arnaldo falou**, então não precisa ter votação. **O Conselheiro Micherlon disse só reitera o pedido.** **O Senhor Presidente falou** que na realidade, esse levantamento por parte da AMPREV já foi feito, nós levantamos tudo, tiramos todas as informações e nós já estamos com esse valores, agora a SEAD, está preparando a parte dela, para eles fazerem o cortejo, para ver se é a informação que eles tem aqui, bate com a informação que eles tem lá, depois que eles cortejar e chegar no valor, está aqui, é isso aqui a AMPREV deve para o Governo do Estado, bom agora vamos ver o que o Governo do Estado está devendo para AMPREV, daí eles iriam fazer o confronto e o Senhor reiterou que a AMPREV internamente já levantou esses valores. **A Conselheira Estela falou**, agora com relação aos outros imóveis, já que eles estão tratando disso, despejar é brincadeira. **O Conselheiro Mário falou que despejar o particular já difícil**, imagine o Poder Público. Continuando, a Conselheira propôs que se faça um Ofício, ou então uma minuta de contrato, e apresentar a cada responsável pelo prédio, onde se encontra, de um valor de mercado para a cobrança dos alugueis, veja bem, ele acha o seguinte, é difícil de se receber é, mas eles não podem de deixar de tomar uma posição de com relação a isso, vai demorar, e não sei o que, vai para execução, precatório um dia a AMPREV vai receber, isso ai é uma poupança para eles servidores. **O Conselheiro Mário pediu para fazer uma sugestão na proposta da Conselheira Estela**, que esse que foi apresentado uma proposta, que ficasse separado, porque para esse aqui, a proposta do Monteiro é razoável, que se avalie ao preço de mercado, mantenha a locação, e cobrar o que é justo, com juros e correção monetária e outros que não deram satisfação, vai para esse encontro de contas. **A Conselheira Estela falou da dívida passada, ela está falando a partir de então**, não respondido, a AMPREV tomando posição de dizer o valor é X, tem que pagar, a não vai pagar, então entra com ação, mas que não vai conseguir receber, mas um dia se recebe, vai para precatório, mas um dia a AMPREV vai receber esse valor. **Finalizando a pauta o Conselheiro Marlúcio colocou** que têm duas coisas que lhe preocupam, que sempre foi a aquela questão daquela lei das pessoas dos ex-guardas territoriais, que eles sabem que aquilo está sendo operacionalizado pela AMPREV, o Governo está cumprindo direitinho, está repassando. **O Senhor Presidente falou** que está com certeza. Marlucio falou que essa questão da lei, eles ainda vão analisar a sua inconstitucionalidade e a outra coisa é que, ele não sabe se foi erro de digitação ou se é verdade isso, porque geralmente, como o Micherlon disse os nossos servidores que eles representam, eles cobram deles, as coisas, então lá Assembléia, o cara diariamente está olhando o Diário Oficial, Marlúcio vem cá, tem aqui um negocio de uma diária, que não sabe se o Senhor tem conhecimento sobre uma diária e se foi paga pela AMPREV. **O Senhor Artur esclareceu que não**, tudo saiu pelo Governo. Por fim, **o Presidente agradeceu** a presença de todos e falou para os Conselheiros aguardarem a convocação da próxima reunião e deu por encerrado a Quarta Reunião Ordinária, cuja presente Ata foi lavrada por mim, Jonilson Vilhena Martins, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os membros presentes. Macapá, 29 de abril de 2009.

Artur de Jesus Barbosa Solão:
Presidente do Conselho
Arnaldo Santos Filho:



9




Membro titular, representante do Poder Executivo.
Benedito Paulo de Souza: Benedito Paulo de Souza
Membro suplente, representante do Poder Executivo.
Wellington de Carvalho Campos: Wellington de Carvalho Campos
Membro titular, representante do Poder Executivo.
Cesar Nazaré Bezerra da Rocha: _____
Membro suplente, representante do Poder Executivo.
Haroldo Vitor de Azevedo Santos: Haroldo Vitor de Azevedo Santos
Membro titular, representante do Poder Executivo.
Maria Conceição Laurinho dos Santos: _____
Membro suplente, representante do Poder Executivo.

Mário Gurtyev de Queiroz: _____
Membro titular, representante do Tribunal de Justiça
Gilberto de Paula Pinheiro: _____
Membro suplente, representante do Tribunal de Justiça.

Dalto da Costa Martins: _____
Membro titular, representante da Assembléia Legislativa.
Manoel Brasil de Paula Filho: _____
Membro suplente, representante da Assembléia Legislativa.

Damilton Barbosa Salomão: Damilton Barbosa Salomão
Membro titular, representante do Tribunal de Contas.
Rozane de Almeida Chaves: _____
Membro suplente, representante do Tribunal de Contas.

Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá: _____
Membro Titular, representante do Ministério Público.
Marcelo Moreira dos Santos: Marcelo Moreira dos Santos
Membro suplente, representante do Ministério Público.

Luiz Eduardo Nunes: Luiz Eduardo Nunes
Membro titular, representante dos Militares ativos.
Ademar Rodrigues dos Anjos: _____
Membro suplente, representante dos Militares ativos.

Micherlon Mendonça dos Santos: Micherlon Mendonça dos Santos
Membro titular, representante dos Militares Inativos.
Ana Maria Correa Beleza: _____
Membro suplente, representante dos Militares Inativos.

Anatal de Jesus Pires de Oliveira: _____
Membro titular, representante dos servidores Cíveis Ativos.
Cleydson Sousa do Nascimento: _____
Membro suplente, representante dos servidores Cíveis Ativos.

Moisés Tavares de Araújo: Moisés Tavares de Araújo
Membro titular, representante dos servidores Cíveis Inativos.
Edson França: _____
Membro suplente, representante dos servidores Cíveis Inativos.

Marlúcio de Almeida Souza: _____

Membro titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.

Cezar Souza de Melo: _____

Membro suplente, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.

Antônio Márcio de Souza Pelaes: _____

Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.

Alvino Boucinha da Fonseca: _____

Membro suplente, representante dos servidores do Poder Judiciário.

Rosival Nazareno Fortunato Monteiro: _____

Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.

Juliano Andrade de Araújo: _____

Membro suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.

Fernando Cezar Pereira da Silva: _____

Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.

Idelmir Torres da Silva: _____

Membro suplente, representante dos servidores do Ministério Público.

Jonilson Vilhena Martins: _____

Secretário do CEP